

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
4 - NIRE 35.300.158.334		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO AV.CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5º ANDAR		2 - BAIRRO OU DISTRITO VILA OLÍMPIA	
3 - CEP 04551-065	4 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 3048-5921	8 - TELEFONE 3048-5925	9 - TELEFONE -
10 - TELEX	11 - DDD 11	12 - FAX 3048-5911	13 - FAX -
14 - FAX -			
15 - E-MAIL renato.vale@grupoccr.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME ARTHUR PIOTTO FILHO			
2 - ENDEREÇO COMPLETO AV.CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5º ANDAR		3 - BAIRRO OU DISTRITO VILA OLÍMPIA	
4 - CEP 04551-065	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3048-5931	9 - TELEFONE 3048-5921	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 11	13 - FAX 3048-5903	14 - FAX -
15 - FAX -			
16 - E-MAIL arthur.piotto@grupoccr.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	1	01/01/2010	31/03/2010	4	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG AUDITORES INDEPEDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00418-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JOSÉ LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.769.948-32		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	441.396.800	441.396.800	403.101.800
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	441.396.800	441.396.800	403.101.800
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	28/04/2010	Dividendo	05/05/2010	ON	0,2300000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	--	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 11/05/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	4.315.152	4.203.509
1.01	Ativo Circulante	2.290.539	2.276.980
1.01.01	Disponibilidades	1.535.939	1.510.938
1.01.01.01	Caixa e bancos	74	149
1.01.01.02	Aplicações financeiras	1.535.865	1.510.789
1.01.02	Créditos	574.881	535.755
1.01.02.01	Clientes	574.881	535.755
1.01.02.01.01	Contas a receber de clientes	0	0
1.01.02.01.02	Partes relacionadas	574.881	535.755
1.01.02.01.03	Provisão para devedores duvidosos	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.02.02.01	Conta reserva	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	179.719	230.287
1.01.04.01	Impostos a recuperar	18.560	34.927
1.01.04.02	Impostos diferidos	0	0
1.01.04.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	0	0
1.01.04.04	Dividendos e juros s/ capital próprio	157.958	193.021
1.01.04.05	Contas a receber c/oper.de derivativos	0	0
1.01.04.06	Despesas antecipadas e outras	3.201	2.339
1.02	Ativo Não Circulante	2.024.613	1.926.529
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	92.925	66.122
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01.01	Contas a receber de clientes	0	0
1.02.01.01.02	Conta reserva	0	0
1.02.01.01.03	Provisão para devedores duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	4.389	3.626
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	1.724	1.724
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	2.665	1.902
1.02.01.03	Outros	88.536	62.496
1.02.01.03.01	Impostos a recuperar	88.381	62.342
1.02.01.03.02	Impostos diferidos	0	0
1.02.01.03.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	0	0
1.02.01.03.04	Contas a receber c/oper.de derivativos	0	0
1.02.01.03.05	Despesas antecipadas e outras	155	154
1.02.02	Ativo Permanente	1.931.688	1.860.407
1.02.02.01	Investimentos	1.921.193	1.848.148
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.921.193	1.848.148

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.396	1.478
1.02.02.03	Intangível	9.099	10.781
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	4.315.152	4.203.509
2.01	Passivo Circulante	197.479	185.440
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	351	0
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	351	0
2.01.02	Debêntures	66.648	59.536
2.01.03	Fornecedores	2.448	2.744
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	172	260
2.01.04.01	Impostos e contribuições a recolher	159	248
2.01.04.02	Impostos e contribuições parcelados	13	12
2.01.05	Dividendos a Pagar	101.523	101.523
2.01.06	Provisões	994	0
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	994	0
2.01.06.02	Impostos diferidos	0	0
2.01.06.03	Provisão para contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	13.271	17.410
2.01.07.01	Partes relacionadas	13.271	17.410
2.01.08	Outros	12.072	3.967
2.01.08.01	Obrigações sociais e trabalhistas	11.880	3.777
2.01.08.02	Obrigações com o poder concedente	0	0
2.01.08.03	Arrendamento mercantil financeiro	118	118
2.01.08.04	Outras contas a pagar	74	72
2.02	Passivo Não Circulante	1.104.859	1.140.079
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.104.859	1.140.079
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	0	0
2.02.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.085.655	1.119.577
2.02.01.03	Provisões	7.206	8.475
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	0	0
2.02.01.03.02	Impostos diferidos	0	0
2.02.01.03.03	Impostos e contribuições a recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e contribuições parcelados	178	175
2.02.01.03.05	Provisão para contingências	0	0
2.02.01.03.06	Provisão para passivo a descoberto	7.028	8.300
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.890	10.890
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	10.890	10.890
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	1.108	1.137
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	0	0
2.02.01.06.02	Arrendamento mercantil financeiro	208	237

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.02.01.06.03	Outras contas a pagar	900	900
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	3.012.814	2.877.990
2.05.01	Capital Social Realizado	2.025.348	2.026.108
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	854.709	854.709
2.05.04.01	Legal	67.407	67.407
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	787.302	787.302
2.05.04.05.01	Reserva de Retenção de Lucros	787.302	787.302
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.743)	(2.827)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.743)	(2.827)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	135.500	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	16.924	16.924	17.012	17.012
3.02	Deduções da Receita Bruta	(544)	(544)	(639)	(639)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	16.380	16.380	16.373	16.373
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(8.845)	(8.845)	(8.820)	(8.820)
3.04.01	Depreciação e amortização	(9)	(9)	(5)	(5)
3.04.02	Serviços	(3.261)	(3.261)	(3.220)	(3.220)
3.04.03	Custo da outorga	0	0	0	0
3.04.04	Custo com pessoal	(4.230)	(4.230)	(3.915)	(3.915)
3.04.05	Materiais, equipamentos e veículos	(1.113)	(1.113)	(1.417)	(1.417)
3.04.06	Outros	(232)	(232)	(263)	(263)
3.05	Resultado Bruto	7.535	7.535	7.553	7.553
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	128.959	128.959	148.388	148.388
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(14.316)	(14.316)	(14.786)	(14.786)
3.06.03	Financeiras	8.630	8.630	(1.458)	(1.458)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	44.404	44.404	29.797	29.797
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(35.774)	(35.774)	(31.255)	(31.255)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.687)	(1.687)	(1.686)	(1.686)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	136.332	136.332	166.318	166.318
3.07	Resultado Operacional	136.494	136.494	155.941	155.941
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	136.494	136.494	155.941	155.941
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(994)	(994)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	135.500	135.500	155.941	155.941
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	441.396.800	441.396.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,30698	0,30698	0,38685	0,38685
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.895	12.895	3.361	3.361
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.204	23.204	16.458	16.458
4.01.01.01	Lucro líquido do período	135.500	135.500	155.941	155.941
4.01.01.02	Imposto de renda e contrib.social difer.	0	0	0	0
4.01.01.03	Apropriação das despesas antecipadas	0	0	0	0
4.01.01.04	Depreciação e amortização	92	92	114	114
4.01.01.05	Baixa do ativo imob.,intangível e difer.	0	0	0	0
4.01.01.06	Amortização do ágio	1.687	1.687	1.687	1.687
4.01.01.07	Var.cambial s/emprést.financ.e derivat.	0	0	0	0
4.01.01.08	Varição monet. obrig. com poder conced.	0	0	0	0
4.01.01.09	Juros e variação monetária s/debêntures	34.304	34.304	30.365	30.365
4.01.01.10	Juros sobre arrendamento financeiro	8	8	0	0
4.01.01.11	Resultado de operações c/ derivativos	351	351	0	0
4.01.01.12	Constit. e juros sobre contingências	0	0	0	0
4.01.01.13	Provisão para devedores duvidosos	0	0	0	0
4.01.01.14	Juros s/ impostos parcelados	4	4	0	0
4.01.01.15	Participação dos minoritários	0	0	0	0
4.01.01.16	Ganho na alienação de investimento	0	0	0	0
4.01.01.17	Juros e VM s/mútuos partes relacionadas	(12.410)	(12.410)	(5.331)	(5.331)
4.01.01.18	Juros,multas,outros encargos -Lei 11.941	0	0	0	0
4.01.01.19	Descontos obtidos - Lei 11.941	0	0	0	0
4.01.01.20	Equivalência patrimonial	(136.332)	(136.332)	(166.318)	(166.318)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(10.309)	(10.309)	(13.097)	(13.097)
4.01.02.01	Contas a receber	0	0	82	82
4.01.02.02	Partes relacionadas	(4.349)	(4.349)	(7.495)	(7.495)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(9.672)	(9.672)	(7.140)	(7.140)
4.01.02.04	Despesas antec. outorga fixa	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	(863)	(863)	(319)	(319)
4.01.02.06	Fornecedores	(296)	(296)	(2.219)	(2.219)
4.01.02.07	Partes relacionadas	(4.139)	(4.139)	(5.144)	(5.144)
4.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	8.103	8.103	9.269	9.269
4.01.02.09	Imp.e contr. a recolher, parc. e IR e CS	905	905	(131)	(131)
4.01.02.10	Contingências	0	0	0	0
4.01.02.11	Obrigações com o poder concedente	0	0	0	0
4.01.02.12	Outras contas a pagar	2	2	0	0
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(18.284)	(18.284)	(11.234)	(11.234)
4.02.01	Aquisição de investimentos	(18.270)	(18.270)	(11.158)	(11.158)
4.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	(14)	(14)	(76)	(76)
4.02.03	Aquisição de ativo intangível	0	0	0	0
4.02.04	Adiantamento para aquisição de imob.	0	0	0	0
4.02.05	Constituição de ativo diferido	0	0	0	0
4.02.06	Baixa pela alienação de investimento	0	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	30.390	30.390	(43.181)	(43.181)
4.03.01	Resgates/aplicações - conta reserva	0	0	0	0
4.03.02	Liquidação da operação de hedge	0	0	0	0
4.03.03	Contratação de derivativos	0	0	0	0
4.03.04	Empr., financ. e debêntures - Captações	0	0	0	0
4.03.05	Empr., financ. e debêntures - Pagamentos	(61.793)	(61.793)	(45.120)	(45.120)
4.03.06	Empr., financ.deb - Aprop. custo trans.	671	671	552	552
4.03.07	Dividendos - Pagos	0	0	0	0
4.03.08	Dividendos - Recebidos	103.487	103.487	351.137	351.137
4.03.09	Juros capital próprio - recebidos	11.944	11.944	0	0
4.03.10	Mútuos c/partes relacionadas - Captações	(23.130)	(23.130)	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2010 a 31/03/2010	4 -01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.03.11	Mútuos c/partes relacionadas -Pagamentos	0	0	(349.750)	(349.750)
4.03.12	Arrend.Mercantil Financeiro - Captações	0	0	0	0
4.03.13	Arrend.Mercantil Financeiro - Pagamentos	(29)	(29)	0	0
4.03.14	Aumento de Capital - Integralização	(760)	(760)	0	0
4.03.15	Aumento de Capital - Custo de Captação	0	0	0	0
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	25.001	25.001	(51.054)	(51.054)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.510.938	1.510.938	775.133	775.133
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.535.939	1.535.939	724.079	724.079

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	135.500	0	135.500
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	84	84
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	84	84
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(760)	0	0	0	0	0	(760)
5.08.01	Aumento do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.08.02	Custos de Captação	(760)	0	0	0	0	0	(760)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.348	0	0	854.709	135.500	(2.743)	3.012.814

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	135.500	0	135.500
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	84	84
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	84	84
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(760)	0	0	0	0	0	(760)
5.08.01	Aumento do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.08.02	Custos de Captação	(760)	0	0	0	0	0	(760)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.348	0	0	854.709	135.500	(2.743)	3.012.814

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	9.477.576	9.084.829
1.01	Ativo Circulante	2.501.559	2.535.619
1.01.01	Disponibilidades	1.994.493	2.121.145
1.01.01.01	Caixa e bancos	15.579	63.373
1.01.01.02	Aplicações financeiras	1.978.914	2.057.772
1.01.02	Créditos	240.549	233.842
1.01.02.01	Clientes	223.566	233.841
1.01.02.01.01	Contas a receber de clientes	160.921	156.332
1.01.02.01.02	Partes relacionadas	84.796	97.977
1.01.02.01.03	Provisão para devedores duvidosos	(22.151)	(20.468)
1.01.02.02	Créditos Diversos	16.983	1
1.01.02.02.01	Conta reserva	16.983	1
1.01.03	Estoques	107	0
1.01.04	Outros	266.410	180.632
1.01.04.01	Impostos a recuperar	124.011	59.573
1.01.04.02	Impostos diferidos	28.244	24.398
1.01.04.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	76.856	68.036
1.01.04.04	Contas a receber c/oper.de derivativos	2.456	1.797
1.01.04.05	Despesas antecipadas e outras	34.843	26.828
1.02	Ativo Não Circulante	6.976.017	6.549.210
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.451.860	2.184.767
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.568	1.538
1.02.01.01.01	Contas a receber de clientes	26.410	26.410
1.02.01.01.02	Provisão para devedores duvidosos	(26.410)	(26.410)
1.02.01.01.03	Conta reserva	1.568	1.538
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.665	1.902
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	2.665	1.902
1.02.01.03	Outros	2.447.627	2.181.327
1.02.01.03.01	Impostos a recuperar	88.394	62.355
1.02.01.03.02	Impostos diferidos	39.564	39.548
1.02.01.03.03	Pagamentos antecipados relac.à concessão	2.287.718	2.037.988
1.02.01.03.04	Contas a receber c/oper.de derivativos	23.032	32.544
1.02.01.03.05	Despesas antecipadas e outras	8.919	8.892
1.02.02	Ativo Permanente	4.524.157	4.364.443
1.02.02.01	Investimentos	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	3.927.984	3.754.529

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
1.02.02.03	Intangível	516.126	528.281
1.02.02.04	Diferido	80.047	81.633

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	9.477.576	9.084.829
2.01	Passivo Circulante	1.737.979	1.648.829
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	563.681	636.006
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	537.717	612.574
2.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	25.964	23.432
2.01.02	Debêntures	335.157	371.955
2.01.03	Fornecedores	240.562	229.350
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	92.430	93.507
2.01.04.01	Impostos e contribuições a recolher	45.837	48.635
2.01.04.02	Impostos e contribuições parcelados	46.593	44.872
2.01.05	Dividendos a Pagar	109.241	109.241
2.01.06	Provisões	133.053	29.285
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	119.858	7.939
2.01.06.02	Impostos diferidos	12.608	19.561
2.01.06.03	Provisão para contingências	587	1.785
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	83.351	93.670
2.01.07.01	Partes relacionadas	83.351	93.670
2.01.08	Outros	180.504	85.815
2.01.08.01	Obrigações sociais e trabalhistas	71.603	42.901
2.01.08.02	Obrigações com o poder concedente	77.535	11.330
2.01.08.03	Arrendamento mercantil financeiro	1.365	1.345
2.01.08.04	Outras contas a pagar	30.001	30.239
2.02	Passivo Não Circulante	4.692.356	4.524.534
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.692.356	4.524.534
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.365.769	1.232.382
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.364.302	1.230.352
2.02.01.01.02	Contas a pagar c/oper.de derivativos	1.467	2.030
2.02.01.02	Debêntures	2.832.064	2.819.624
2.02.01.03	Provisões	469.490	446.910
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	0	0
2.02.01.03.02	Impostos diferidos	28.922	26.030
2.02.01.03.03	Impostos e contribuições a recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e contribuições parcelados	426.299	408.394
2.02.01.03.05	Provisão para contingências	14.269	12.486
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.890	10.890
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	10.890	10.890
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	14.143	14.728
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	9.392	9.546
2.02.01.06.02	Arrendamento mercantil financeiro	1.496	1.849
2.02.01.06.03	Outras contas a pagar	3.255	3.333

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	34.427	33.476
2.05	Patrimônio Líquido	3.012.814	2.877.990
2.05.01	Capital Social Realizado	2.025.348	2.026.108
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	854.709	854.709
2.05.04.01	Legal	67.407	67.407
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	787.302	787.302
2.05.04.05.01	Reserva de Retenção de Lucros	787.302	787.302
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.743)	(2.827)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.743)	(2.827)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	135.500	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	922.896	922.896	774.414	774.414
3.02	Deduções da Receita Bruta	(85.607)	(85.607)	(58.452)	(58.452)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	837.289	837.289	715.962	715.962
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(344.819)	(344.819)	(299.935)	(299.935)
3.04.01	Depreciação e amortização	(100.046)	(100.046)	(87.394)	(87.394)
3.04.02	Serviços	(87.329)	(87.329)	(75.869)	(75.869)
3.04.03	Custo com outorga	(73.566)	(73.566)	(60.927)	(60.927)
3.04.04	Custo com pessoal	(48.078)	(48.078)	(41.625)	(41.625)
3.04.05	Materiais, equipamentos e veículos	(10.507)	(10.507)	(10.526)	(10.526)
3.04.06	Outros	(25.293)	(25.293)	(23.594)	(23.594)
3.05	Resultado Bruto	492.470	492.470	416.027	416.027
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(234.478)	(234.478)	(153.282)	(153.282)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(75.441)	(75.441)	(61.328)	(61.328)
3.06.03	Financeiras	(146.831)	(146.831)	(82.910)	(82.910)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	159.102	159.102	67.977	67.977
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(305.933)	(305.933)	(150.887)	(150.887)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	847	847	1.082	1.082
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(13.053)	(13.053)	(10.126)	(10.126)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	257.992	257.992	262.745	262.745
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	257.992	257.992	262.745	262.745
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(129.464)	(129.464)	(102.723)	(102.723)
3.11	IR Diferido	7.923	7.923	(2.444)	(2.444)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(951)	(951)	(1.637)	(1.637)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	135.500	135.500	155.941	155.941
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	441.396.800	441.396.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,30698	0,30698	0,38685	0,38685
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	278.849	278.849	92.117	92.117
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	449.556	449.556	376.460	376.460
4.01.01.01	Lucro líquido do período	135.500	135.500	155.941	155.941
4.01.01.02	Imposto de renda e contrib.social difer.	(7.923)	(7.923)	2.444	2.444
4.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	19.035	19.035	9.938	9.938
4.01.01.04	Depreciação e amortização	103.993	103.993	90.304	90.304
4.01.01.05	Baixa ativo imob., intangível e difer.	253	253	1.340	1.340
4.01.01.06	Amortização do ágio	12.810	12.810	8.902	8.902
4.01.01.07	Var.cambial s/emprést.financ.e derivat.	23.982	23.982	(13.137)	(13.137)
4.01.01.08	Varição monet.obrig. com poder conced.	(95)	(95)	(46)	(46)
4.01.01.09	Juros e VM s/debêntures, empr. e financ.	125.498	125.498	101.781	101.781
4.01.01.10	Resultado de operações de hedge	11.827	11.827	13.803	13.803
4.01.01.11	Const.it.e juros sobre contingências	748	748	170	170
4.01.01.12	Provisão para devedores duvidosos	1.683	1.683	2.667	2.667
4.01.01.13	Juros s/impostos parcelados	6.858	6.858	716	716
4.01.01.14	Participação dos minoritários	951	951	1.637	1.637
4.01.01.15	Juros s/arrendamento mercantil financ.	115	115	0	0
4.01.01.16	Ganho na alienação de investimento	0	0	0	0
4.01.01.17	Juros e VM s/mútuos partes relacionadas	481	481	0	0
4.01.01.18	Juros,multas,outros encargos -Lei 11.941	42.040	42.040	0	0
4.01.01.19	Descontos obtidos - Lei 11.941	(28.200)	(28.200)	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(170.707)	(170.707)	(284.343)	(284.343)
4.01.02.01	Contas a receber	(4.589)	(4.589)	1.215	1.215
4.01.02.02	Partes relacionadas	13.181	13.181	3.357	3.357
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(90.477)	(90.477)	(62.489)	(62.489)
4.01.02.04	Despesas antec. outorga fixa	(277.585)	(277.585)	(264.008)	(264.008)
4.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	(8.149)	(8.149)	(3.880)	(3.880)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01.02.06	Fornecedores	11.212	11.212	(38.694)	(38.694)
4.01.02.07	Partes relacionadas	(16.717)	(16.717)	(6.177)	(6.177)
4.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	28.702	28.702	23.167	23.167
4.01.02.09	Imp.e contr. a recolher, parc. e IR e CS	108.048	108.048	67.330	67.330
4.01.02.10	Contingências	(163)	(163)	(1.084)	(1.084)
4.01.02.11	Obrigações com o poder concedente	66.146	66.146	(558)	(558)
4.01.02.12	Outras contas a pagar	(316)	(316)	(2.522)	(2.522)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(270.902)	(270.902)	(168.858)	(168.858)
4.02.01	Aquisição de investimentos	84	84	483	483
4.02.02	Adto para aquisição de investimentos	0	0	(10.268)	(10.268)
4.02.03	Aquisição de ativo imobilizado	(252.837)	(252.837)	(158.616)	(158.616)
4.02.04	Adiantamento p/aquisição imobilizado	(16.692)	(16.692)	0	0
4.02.05	Aquisição de ativo intangível	(1.457)	(1.457)	(457)	(457)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(134.599)	(134.599)	110.798	110.798
4.03.01	Resgates/aplicações - conta reserva	(17.012)	(17.012)	(11.668)	(11.668)
4.03.02	Liquidação da operação de hedge	(1.005)	(1.005)	(2.034)	(2.034)
4.03.03	Contratação de derivativos	0	0	0	0
4.03.04	Empr.,financ. e debêntures - Captações	162.429	162.429	291.910	291.910
4.03.05	Empr.,financ. e debêntures - Pagamentos	(279.858)	(279.858)	(169.840)	(169.840)
4.03.06	Empr.,financ.deb. - Aprop. custo trans.	2.685	2.685	2.430	2.430
4.03.07	Dividendos - Pagos	0	0	0	0
4.03.08	Mútuos c/partes relacionadas-Captações	0	0	0	0
4.03.09	Mútuos c/partes relacionadas-Pagamentos	(630)	(630)	0	0
4.03.10	Arrend.mercantil financeiro - Captações	(448)	(448)	0	0
4.03.11	Arrend.mercantil financeiro - Pagamentos	0	0	0	0
4.03.12	Aumento de capital - Integralização	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.03.13	Aumento de capital - Custo de captação	(760)	(760)	0	0
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(126.652)	(126.652)	34.057	34.057
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.121.145	2.121.145	1.037.871	1.037.871
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.994.493	1.994.493	1.071.928	1.071.928

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	135.500	0	135.500
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	84	84
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	84	84
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(760)	0	0	0	0	0	(760)
5.08.01	Aumento do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.08.02	Custos de Captação	(760)	0	0	0	0	0	(760)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.348	0	0	854.709	135.500	(2.743)	3.012.814

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.026.108	0	0	854.709	0	(2.827)	2.877.990
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	135.500	0	135.500
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	84	84
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	84	84
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	(760)	0	0	0	0	0	(760)
5.08.01	Aumento do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.08.02	Custos de Captação	(760)	0	0	0	0	0	(760)
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.025.348	0	0	854.709	135.500	(2.743)	3.012.814

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas às informações trimestrais

Trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice

Nota	Descrição	Página
1	Contexto operacional	27
2	Apresentação das informações trimestrais	31
3	Resumo das principais práticas contábeis	31
4	Informações trimestrais consolidadas	40
5	Caixas e equivalentes de caixa	43
6	Contas a receber de clientes	43
7	Impostos a recuperar	44
8	Imposto de renda e contribuição social	45
9	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	50
10	Despesas antecipadas e outros	51
11	Partes relacionadas	52
12	Investimentos	55
13	Imobilizado	60
14	Intangível	63
15	Financiamentos e empréstimos	67
16	Debêntures	80
17	Plano de incentivo de longo prazo	88
18	Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos	92
19	Outras contas a pagar	94
20	Provisão para contingências – consolidado	94
21	Arrendamento mercantil	95
22	Patrimônio líquido	97
23	Resultado financeiro	98
24	Instrumentos financeiros	98
25	Cobertura de seguros	112
26	Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros	113
27	Compromissos vinculados a contratos de concessão	113
28	Demonstração do Valor Adicionado	117
29	Eventos subsequentes	118

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias (Companhia) para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A CCR, um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura do mundo, tem como objeto social participar em empresas que possuam concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados à operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, infraestruturas metroviárias e inspeção ambiental veicular.

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAN)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (CCR RodoAnel)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços)
- Actua Assessoria Ltda. (Actua Assessoria)
- Engelog Centro de Engenharia Ltda. (EngeLog)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)
- Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura (CPCI)
- Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)
- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Controlar S.A. (Controlar)

Concessões do Grupo CCR

A CCR é responsável por 1.922,6 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, sendo que em 1.832,02 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros pela conservação e manutenção. As rodovias estão sob a gestão das concessionárias CCR Ponte, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAN, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel e Renovias. Além disso, quando do início das operações da concessionária ViaQuatro, a CCR passará a administrar, também, 12,8 quilômetros de malha metroviária, no Estado de São Paulo.

Veja, a seguir, mais detalhes das concessões do Grupo CCR:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CCR NovaDutra: Rodovia BR-116/RJ/SP (Via Dutra) entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, num total de 402,2 km. O prazo do contrato de concessão vai até fevereiro de 2021;

CCR AutoBan: Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 quilômetros, e manutenção-conservação de 5,9 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até dezembro de 2026;

CCR ViaLagos: Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 km. O prazo do contrato de concessão vai até janeiro de 2022;

CCR Ponte: Ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), totalizando 23,3 km. O prazo do contrato de concessão vai até maio de 2015;

CCR RodoNorte: Rodovia BR-376, de Apucarana a São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; PR-151, de Jaguariáiva a Ponta Grossa; e BR-373, entre Ponta Grossa e o Trevo do Caetano, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 487,5 quilômetros, e manutenção-conservação de 80,28 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até novembro de 2021;

CCR ViaOeste: Rodovias SP-280 Castello Branco, SP-270 Raposo Tavares, SP-075 Senador José Ermírio de Moraes e SP-091 Dr. Celso Charuri, entre a capital e o oeste do Estado de São Paulo, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 168,62 quilômetros, e manutenção-conservação de 4,4 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até dezembro de 2022;

CCR RodoAnel: Trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, interligação entre os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116), numa extensão total de 32 km. O prazo do contrato de concessão vai até junho de 2038.

ViaQuatro: Operação e manutenção da Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, totalizando 12,8 km. A empresa está em fase pré-operacional, com previsão de início das operações no primeiro semestre de 2010. O prazo do contrato de concessão vai até novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 2041.

Renovias (através da Controlada CPC): responsável pela administração das rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 km. O prazo do contrato de concessão vai até maio de 2022.

Controlar (através da Controlada CPC): A Controlar é uma concessionária de serviços públicos municipais que detém, até abril de 2018, a concessão para implantação e execução do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso do Município de São Paulo.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras empresas do Grupo

Além destas concessões, a CCR possui participação nas seguintes empresas:

Companhia de Participações em Concessões (CPC): A controlada tem participação de 99% da CCR e de 1% da Actua Assessoria Ltda. Seu objetivo é participar do capital de outras sociedades.

A CPC detém 40% do capital social da Renovias, concessionária responsável, até maio de 2022, pelas rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350 do Estado de São Paulo.

Em 13 de agosto de 2009, a CPC adquiriu 45% do capital social da Controlar (50% das ações ordinárias), responsável pela implantação e realização da inspeção ambiental veicular do Município de São Paulo.

Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda., Engellog Centro de Engenharia Ltda. e Parques Serviços Ltda. que têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da Companhia.

Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A (Grupo STP) e suas controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda., cujo objetivo é operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos. Atualmente presta serviços nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A CCR detém 38,25% do capital social da STP.

Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. cujo objetivo principal é prospectar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infraestrutura de trens subterrâneos (metrô). Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão.

CCR – USA, LLC, cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos da América. Atualmente esta controlada não detém nenhum contrato de concessão.

CPCI (Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura) e CPCSP (Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos), ambas com participação de 99% da CCR e de 1% da Actua Serviços Compartilhados Ltda. As empresas foram criadas com objetivo de participação no capital de outras sociedades.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sobre o negócio

As concessões rodoviárias do Grupo CCR consistem na exploração de rodovias/ponte mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar estas rodovias. Como parte do contrato de concessão, os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

O Grupo CCR detém a concessão metroviária para exploração da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo, por um período de trinta anos. A concessão é no regime de parceria público-privada pela qual há o pagamento, pelo Poder Concedente, de contraprestações pecuniárias. A concessionária é responsável pelo fornecimento dos trens e sistemas (sinalização, comunicação e controle) e o Poder Concedente pela infraestrutura metroviária.

Além das concessões de rodovias, ponte e infraestrutura metroviária, o Grupo CCR, por meio de sua controlada Controlar (controle compartilhado), detém a concessão municipal para prestar os serviços públicos relativos ao programa de inspeção ambiental veicular do município de São Paulo. A concessão contempla a implantação dos Centros de Inspeção e a realização da inspeção obrigatória de veículos licenciados no município, leves e pesados, com motores do Ciclo Otto e Ciclo Diesel.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos, Controlar e ViaQuatro. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

No final do período de concessão de rodovias, ponte e infraestrutura metroviária, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados, e cuja implementação devidamente autorizada pelo Poder Concedente tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas e são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2 Apresentação das informações trimestrais

a. Apresentação

As Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicadas de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, divulgadas em 18 de fevereiro de 2010.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar as informações trimestrais de acordo com as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009. As principais alterações contábeis a serem introduzidas no exercício de 2010, estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

Em 11 de maio de 2010 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas informações trimestrais.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e da ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Estimativas contábeis

A elaboração das informações trimestrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, intangível e diferido, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros e pagamentos baseados em ações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e as premissas trimestralmente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados em:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado: referem-se a ativos e passivos financeiros que são mantidos para negociação ou instrumentos financeiros derivativos (exceto instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa definidos como efetivos) que no reconhecimento inicial, tenham sido assim classificados;
- Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade financeira de manter até o vencimento. São valorizados pelo custo amortizado em contra partida do resultado;
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercado ativo e não estejam classificados como mantidos para negociação, disponíveis para venda, ou que tenham sido classificados inicialmente como mensurados ao valor justo por meio do resultado e são valorizados pelo custo amortizado em contra partida do resultado;
- Disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivativos que estão disponíveis para venda e não são classificados nas outras categorias. Esses instrumentos são valorizados pelo seu valor justo, sendo as receitas decorrentes da valorização reconhecidas no resultado e o ajuste a valor de mercado em contas destacadas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem somente instrumentos financeiros não derivativos, conforme descrito abaixo:

Instrumentos financeiros não derivativos

Incluem caixa e equivalentes de caixa, conta reserva, contas a receber e a pagar, financiamentos e debêntures.

Estão registrados pelo seu valor justo quando disponíveis para venda ou por meio do custo amortizado apurado pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos dos custos da transação ou de provisão para perdas, quando aplicável.

Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios,

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real, de acordo com as orientações do CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passa a compor o valor de registro contábil em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulado de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

As informações trimestrais das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos circulante e não circulante

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônico e acessórias, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos incidentes sobre o faturamento.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Investimentos

Os investimentos em controladas com participação no capital votante, superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, se aplicável.

As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota explicativa nº. 12.

Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos, quando incorridos, são debitados no resultado. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 13.

Ativos intangíveis

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear.

Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em investidas, com vida útil definida e fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, são amortizados linearmente até o limite do prazo do contrato de concessão. Os ágios gerados na aquisição ou aumento de participações em negócios que não tenham vida útil definida não são amortizados.

As taxas de amortização do intangível estão divulgadas na nota explicativa nº. 14.

Gastos pré-operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, conseqüentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como os juros de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Arrendamento mercantil

- *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 21.

- *Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva, conforme nota explicativa nº. 21.

Ativo Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. A controlada RodoAnel e as controladas em conjunto ViaQuatro e Controlar optaram por manter o saldo do ativo diferido existente até 31 de dezembro de 2008 até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado. Os ativos diferidos da controlada RodoAnel e Controlar são amortizados linearmente pelo prazo máximo de dez anos e a controlada em conjunto ViaQuatro ainda não está amortizando o saldo do ativo diferido.

Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio (*goodwill*) e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados, à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta, acrescida das receitas financeiras.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irrevogável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Os impostos ativos diferidos, decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Direito de concessão

A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo o passivo relativo às obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao Poder Concedente, conforme divulgado nas notas explicativas nº. 9 e nº. 27. Essa prática, assim como a contabilização de todos os eventos contábeis relacionados, está sob a égide de decisão do Colegiado da CVM, ocorrida em novembro de 2002. As divulgações requeridas pelo Comunicado Técnico nº. 03/03 do IBRACON, referendado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº. 01/2007 encontram-se descritas na nota explicativa nº. 27.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos

No âmbito do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos ao longo do exercício de 2009, com aplicação mandatória para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2010. Os potenciais impactos nas informações trimestrais relativas ao período findo em 31 de março de 2010 serão objeto de reapresentação em conjunto com as informações contábeis quando da publicação da primeira demonstração financeira que incorpore todos os pronunciamentos, interpretações e orientações já emitidos, conforme permitido pela Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009.

A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos, sobre seus sistemas e processos, sendo que o atual estágio dessa avaliação não permite que sejam apresentados os respectivos efeitos.

Resumimos a seguir principais pronunciamentos ou interpretações a serem adotados pela Companhia a partir dos exercícios supra citados.

ICPC 01 Contratos de Concessão

Aprovada pela Deliberação CVM 611/09 e correlacionada à Interpretação internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão, estabelece os princípios gerais de contabilização dos contratos de concessão.

A infraestrutura dentro do alcance desta Interpretação não será registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direitos sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O concessionário deve contabilizar receitas relativas aos serviços de operação de acordo com o Pronunciamento Técnico – CPC 30 – Receitas. Estuda-se também o tratamento contábil para o eventual registro, com base nos valores justos, da receita e do custo dos serviços de construção ou melhorias da infraestrutura de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção.

O concessionário pode ter obrigações contratuais que devem ser atendidas no âmbito da sua concessão (a) para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou (b) recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao concedente no final do contrato de serviço. Tais obrigações contratuais de manutenção ou recuperação da infraestrutura, exceto as construções ou melhorias, devem ser registradas e avaliadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, ou seja, pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser registrados como despesa no período em que são incorridos, a menos que o concessionário tenha o direito contratual de receber um ativo intangível (direito de cobrar os usuários dos serviços públicos). Nesse caso, custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão devem ser capitalizados durante a fase de construção, de acordo com aquele Pronunciamento Técnico.

CPC 22 Informações por Segmento

Aprovado pela Deliberação CVM 582/09, correlacionado ao IFRS 8 Informações por Segmento, esse pronunciamento determina que uma entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais uma entidade está envolvida e os ambientes econômicos em que opera.

A Companhia divulgará separadamente as informações sobre os seus segmentos operacionais de forma a atender aos requerimentos deste Pronunciamento.

CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Aprovado pela Deliberação CVM 595/09, é correlacionado ao IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras. Este pronunciamento requer que sejam apresentados os componentes do resultado abrangente em uma demonstração separada da demonstração do resultado, apresentando também os efeitos fiscais de cada componente deste resultado abrangente. Adicionalmente quando as entidades reapresentarem ou reclassificarem as informações comparativas, elas terão que reapresentar um balanço patrimonial para o início do período comparativo, além da exigência atual de apresentar balanços patrimoniais no final do período corrente e do período comparativo.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPC 37 Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade

Aprovado pela Deliberação CVM 609/09, o CPC 37 está correlacionado ao IFRS 1 Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. Trata da adoção inicial dos pronunciamentos internacionais de contabilidade: isenções opcionais e exceções obrigatórias, em conformidade com os demais pronunciamentos emitidos pelo CPC.

CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

Aprovado pela Deliberação CVM 610/09, o CPC 43 não possui norma correlacionada nas normas internacionais de contabilidade – IFRS, uma vez que trata sobre a adoção inicial dos CPCs emitidos em 2009. Discorre sobre as diferenças existentes entre os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC e as normas IFRS, entre outras disposições.

ICPC 08 Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos

Aprovada pela Deliberação CVM 601/09, sem correlação direta com uma norma ou interpretação do IFRS, essa interpretação fornece orientações sobre os critérios para contabilização dos dividendos, de acordo com as orientações contidas no CPC 24 – Eventos Subsequentes e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O ICPC 08 determina que o dividendo mínimo obrigatório estabelecido pelo Estatuto da Companhia ou, se esse for omissivo, pela Lei 6.404/76, deva ser registrado como um passivo na data do encerramento do exercício social e que o dividendo adicional ao mínimo obrigatório seja registrado como passivo somente quando aprovado pela Assembléia de Acionistas ou outro órgão competente, ou pago pela Companhia, o que ocorrer primeiro. Os efeitos na aplicação desta norma estão relacionados, portanto, ao período de contabilização dos dividendos e não afetam o seu fluxo de pagamento.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31/03/10	31/12/09
• Controladas		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00	100,00
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00	99,00
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90	99,90
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	99,90	99,90
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura	99,00	99,00
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,00	99,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00	100,00
CCR – USA, LLC	100,00	100,00
 (*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A. e 45% da Controlar S.A., sob a forma de controle em conjunto		
• Controladas em conjunto		
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

O Consórcio Operador Parques foi considerado como uma extensão das atividades da investidora e está sendo apresentado na proporção de 84,20% de seus ativos, passivos e resultados integrados às informações trimestrais individuais da Companhia de Concessões Rodoviárias (controladora).

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. Eliminação dos efeitos tributários da parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- e. As participações dos minoritários da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., da Parques Serviços Ltda. e da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica “Participação de acionistas não controladores”;
- f. A prática contábil adotada pela Companhia é de não reconhecer no ativo intangível e no passivo o direito de outorga, como descrito na nota explicativa nº. 3, no item Direito de Concessão. Por esse motivo, as informações trimestrais da controlada em conjunto Renovias, para fins desta demonstração, foram ajustadas para considerar esta prática contábil;
- g. A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP), a Renovias Concessionária S.A. (Renovias) e Controlar S.A. (Controlar), controladas em conjunto, são avaliadas por equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas informações trimestrais consolidadas.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto STP, ViaQuatro, Renovias e Controlar, bem como o percentual de participação em cada uma delas, estão a seguir demonstrados:

	31/03/2010							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante	380.215	145.432	150.204	87.118	36.808	14.723	26.749	12.037
Ativo não circulante	69.903	26.738	439.396	254.850	344.486	137.795	73.340	33.002
Realizável a Longo Prazo	-	-	29.414	17.060	27.637	11.055	171	77
Imobilizado	59.936	22.926	366.487	212.562	315.749	126.300	64.665	29.098
Intangível	9.967	3.812	156	91	1.100	440	4.127	1.857
Diferido	-	-	43.339	25.137	-	-	4.377	1.970
Total do ativo	<u>450.118</u>	<u>172.170</u>	<u>589.600</u>	<u>341.968</u>	<u>381.294</u>	<u>152.518</u>	<u>100.089</u>	<u>45.039</u>
Passivo circulante	362.530	138.668	85.265	49.454	55.830	22.332	35.105	15.797
Passivo não circulante	692	264	402.388	233.385	208.365	83.346	59.112	26.600
Patrimônio líquido	86.896	33.238	101.947	59.129	117.099	46.840	5.872	2.642
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>450.118</u>	<u>172.170</u>	<u>589.600</u>	<u>341.968</u>	<u>381.294</u>	<u>152.518</u>	<u>100.089</u>	<u>45.039</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2009							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Ativo circulante	394.103	150.744	45.705	26.509	18.315	7.326	10.828	4.873
Ativo não circulante	61.751	23.620	322.285	186.925	341.831	136.732	67.468	30.360
Realizável a Longo Prazo	-	-	36.338	21.076	23.788	9.515	168	75
Imobilizado	53.927	20.627	242.560	140.685	317.743	127.097	58.508	26.329
Intangível	7.824	2.993	48	27	300	120	4.290	1.931
Diferido	-	-	43.339	25.137	-	-	4.502	2.025
Total do ativo	455.854	174.364	367.990	213.434	360.146	144.058	78.296	35.233
Passivo circulante	386.453	147.818	37.797	21.922	181.206	72.482	68.816	30.967
Passivo não circulante	526	201	244.986	142.092	76.860	30.744	3.582	1.612
Patrimônio líquido	68.875	26.345	85.207	49.420	102.080	40.832	5.898	2.654
Total do passivo e patrimônio líquido	455.854	174.364	367.990	213.434	360.146	144.058	78.296	35.233

	31/03/2010							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	61.868	23.665	-	-	54.407	21.762	25.077	11.285
Custos dos serviços prestados	(20.370)	(7.792)	(2.914)	(1.690)	(30.766)	(12.306)	(10.830)	(4.874)
Lucro bruto	41.498	15.873	(2.914)	(1.690)	23.641	9.456	14.247	6.411
Despesas (Receitas) operacionais	(16.704)	(6.389)	(6.378)	(3.699)	1.344	538	(10.276)	(4.624)
Resultado operacional	24.794	9.484	(9.292)	(5.389)	24.985	9.994	3.971	1.787
Resultado financeiro	2.571	983	(18.346)	(10.641)	(3.776)	(1.510)	(2.270)	(1.022)
Resultado antes do IR e CS	27.365	10.467	(27.638)	(16.030)	21.209	8.484	1.701	765
IR e CS corrente e diferido	(9.416)	(3.602)	9.275	5.379	(6.190)	(2.476)	(1.726)	(776)
Lucro líquido do período	17.949	6.865	(18.363)	(10.651)	15.019	6.008	(25)	(11)

	31/03/2009							
	STP		ViaQuatro		Renovias		Controlar (*)	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	45%
Receita operacional líquida	43.576	16.668	-	-	46.431	18.572	-	-
Custos dos serviços prestados	(15.208)	(5.817)	(292)	(169)	(26.679)	(10.672)	-	-
Lucro bruto	28.368	10.851	(292)	(169)	19.752	7.900	-	-
Despesas (Receitas) operacionais	(16.079)	(6.150)	(3.164)	(1.835)	348	139	-	-
Resultado operacional	12.289	4.701	(3.456)	(2.004)	20.100	8.039	-	-
Resultado financeiro	1.336	511	(3.024)	(1.754)	(1.801)	(720)	-	-
Resultado antes do IR e CS	13.625	5.212	(6.480)	(3.758)	18.299	7.319	-	-
IR e CS corrente e diferido	(5.287)	(2.022)	2.726	1.581	(7.726)	(3.090)	-	-
Lucro líquido do período	8.338	3.190	(3.754)	(2.177)	10.573	4.229	-	-

(*) Conforme descrito na nota nº 1, a aquisição de 45% de participação na Controlar S/A ocorreu em 13 de agosto de 2009.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Caixa e bancos	74	149	15.579	63.373
Aplicações financeiras	<u>1.535.865</u>	<u>1.510.789</u>	<u>1.978.914</u>	<u>2.057.772</u>
	<u>1.535.939</u>	<u>1.510.938</u>	<u>1.994.493</u>	<u>2.121.145</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas à taxa de 99,29% do CDI, equivalente a 8,70% ao ano (9,96% ao ano em 31 de dezembro de 2009).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos	1.535.865	1.510.789	1.948.548	2.054.551
CDBs pós-fixados	-	-	30.352	3.207
Títulos de capitalização	-	-	14	14
Total	<u>1.535.865</u>	<u>1.510.789</u>	<u>1.978.914</u>	<u>2.057.772</u>

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Circulante				
Pedágio eletrônico - STP (a)	-	-	143.424	134.906
Receitas acessórias (c)	-	-	6.080	12.192
Pedágio eletrônico - outros (b)	-	-	10.627	8.445
Outros	-	-	<u>790</u>	<u>789</u>
	-	-	160.921	156.332
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	<u>(22.151)</u>	<u>(20.468)</u>
	-	-	<u>138.770</u>	<u>135.864</u>
Não circulante				
Poder Concedente - ViaOeste (e)	-	-	24.292	24.292
Receitas acessórias (c)	-	-	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
	-	-	26.410	26.410

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Provisão para devedores duvidosos -ViaOeste (e)	-	-	(24.292)	(24.292)
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	(2.118)	(2.118)
	-	-	(26.410)	(26.410)
	=	=	=	=

- (a) Referem-se ao contas a receber decorrente dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de TAG's e estacionamentos da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., bem como de tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.
- (b) Referem-se ao contas a receber decorrente, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale-pedágio.
- (c) Referem-se ao contas a receber de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstos nos contratos de concessão.
- (d) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos há mais de 90 dias.
- (e) Refere-se ao saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas.

Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa possivelmente será favorável à controlada. Mesmo com base nesse entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Circulante				
Imposto de renda retido na fonte	10.570	28.859	13.405	29.898
Saldo negativo de Imposto de renda e contribuição social (a)	41	41	99.739	20.340
COFINS	5.969	3.970	7.190	5.146
CSLL	679	1.189	1.076	1.594
PIS	1.295	861	1.578	1.134
ISS de pedágio	5	5	476	462
Outros	1	2	547	999
	<u>18.560</u>	<u>34.927</u>	<u>124.011</u>	<u>59.573</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Não circulante				
Saldo negativo de Imposto de renda e contribuição social	87.833	61.794	87.833	61.794
COFINS	450	450	461	461
PIS	<u>98</u>	<u>98</u>	<u>100</u>	<u>100</u>
	<u>88.381</u>	<u>62.342</u>	<u>88.394</u>	<u>62.355</u>

(a) Do montante de R\$ 99.739, R\$ 78.453 refere-se as antecipações de IR e CS decorrentes da apuração do lucro real em 2010.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e baseadas em estudos técnicos aprovados pela Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções, anualmente. Se ocorrerem fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado	
	31/03/10	31/12/09
Ativo circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	3.464	3.507
Base negativa de contribuição social	1.247	1.263
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	11.107	9.578
Perdas com operações de derivativos	2.626	2.009
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.613	3.555
Provisão para comissão sobre empréstimos	2.098	1.510
Provisão para devedores duvidosos	1.914	1.924
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	840	691
Provisão para contingências	197	138
Provisão de consultoria fiscal	16	101
Provisão para perda de investimentos	<u>122</u>	<u>122</u>
	<u>28.244</u>	<u>24.398</u>
Ativo não circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	17.140	17.430
Base negativa de contribuição social	6.170	6.275
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	1.359	1.960
Provisão para devedores duvidosos	8.972	8.960
Provisão para contingências	5.556	4.562
Provisão para perda de investimentos	367	356
Provisão para participação nos resultados (PLR)	<u>-</u>	<u>5</u>
	<u>39.564</u>	<u>39.548</u>
Passivo circulante		
Variação Cambial	11.390	18.062
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	794	1.486
Ganhos com operações de derivativos	<u>424</u>	<u>13</u>
	<u>12.608</u>	<u>19.561</u>
Passivo não circulante		
Variação cambial	12.611	9.120
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº. 11.941/09 (MP nº. 449/08)	-	611
Ajuste de prática contábil para a consolidação da Renovias	<u>16.311</u>	<u>16.299</u>
	<u>28.922</u>	<u>26.030</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos por Companhia estão representados por:

	31/03/10	31/12/09
Ativo		
ViaLagos (1)	22.984	24.054
ViaLagos (2)	115	273
ViaOeste (2)	10.716	10.022
AutoBAn (2)	5.443	4.528
RodoNorte (2)	1.030	958
NovaDutra (2)	5.712	6.106
EngeLog(2)	1.655	1.276
STP (2)	880	866
CPC (2)	1.764	844
Ponte (2)	3.146	3.123
Parques (2)	398	396
ViaQuatro (1)	5.037	4.421
ViaQuatro (4)	<u>8.928</u>	<u>7.079</u>
	<u>67.808</u>	<u>63.946</u>
Passivo		
CPC (3)	16.312	16.299
ViaLagos (4)	9.241	9.731
Ponte (4)	3.241	3.536
RodoNorte (4)	-	374
ViaQuatro (4)	<u>12.736</u>	<u>15.651</u>
	<u>41.530</u>	<u>45.591</u>

- (1) De acordo com a Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002, a controlada ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro registraram ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, suportada por projeções de lucros aprovadas pelos respectivos órgãos da Administração.
- (2) Ativo fiscal diferido constituído sobre diferenças temporárias.
- (3) O imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes dos ajustes de prática contábil, conforme nota explicativa nº. 4f.
- (4) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos incidentes sobre as diferenças temporárias decorrentes dos resultados de operação de *swap* (quando aplicável) e variações cambiais, os quais estão sendo diferidos conforme facultado pela legislação fiscal, ou seja, estão sendo considerados dedutíveis ou tributáveis somente no momento de sua realização financeira.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

A controlada ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, descrito no item 1, nos seguintes exercícios:

2010	3.973
2011	3.819
2012	5.615
2013	2.264
2014 a 2016	7.065
2017 a 2019	<u>5.285</u>
	<u>28.021</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Companhia (controladora) e a controlada RodoAnel não registraram o ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 31 de março de 2010, nos montantes de R\$ 74.288 e R\$ 74.336 respectivamente, para a controladora e R\$ 183.716 (prejuízos fiscais e bases negativas) para a controlada RodoAnel, em virtude do disposto na Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002. Se fosse registrado em 31 de março de 2010, o saldo do ativo fiscal diferido seria de R\$ 25.262 para a Controladora e R\$ 62.463 para a controlada RodoAnel.

A controlada ViaLagos não registrou parte do ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados até 31 de março de 2010, em virtude do disposto na Instrução CVM nº 371 de junho de 2002. Se fosse registrado em 31 de março de 2010, o saldo do ativo fiscal diferido seria aumentado em R\$ 6.353.

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora				Consolidado			
	31/03/10		31/03/09		31/03/10		31/03/09	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real								
Lucro antes da tributação/participação	136.494	136.494	155.941	155.941	257.992	257.992	262.745	262.745
Lucro das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	-	(9.936)	(9.936)	(9.160)	(9.160)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	(951)	(951)	(1.637)	(1.637)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	136.494	136.494	155.941	155.941	247.105	247.105	251.948	251.948
Ajuste referente ao resultado de equivalência patrimonial (REP)	(136.332)	(136.332)	(166.318)	(166.318)	-	-	-	-
Lucro / (prejuízo) antes do IRPJ, CSLL e REP	162	162	(10.377)	(10.377)	247.105	247.105	251.948	251.948
Ajustes para o cálculo dos impostos (a)								
Adições	5.736	5.736	5.033	5.033	170.893	170.927	43.819	43.819
Exclusões	(1.689)	(1.689)	(770)	(770)	(107.135)	(107.198)	(35.666)	(34.916)
Base de cálculo dos impostos	4.209	4.209	(6.114)	(6.114)	310.863	310.834	260.101	260.851
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(1.263)	(1.263)	-	-	(5.567)	(5.559)	(13.507)	(13.732)
Lucro real / (prejuízo) a compensar	2.946	2.946	(6.114)	(6.114)	305.296	305.275	246.594	247.119
Impostos correntes (lucro real)	729	265	-	-	93.448	33.696	73.894	26.693
Regime fiscal de lucro presumido								
Receita bruta	-	-	-	-	21.007	21.007	19.355	19.355
Receita financeira	-	-	-	-	135	135	151	151
Base de cálculo (32% da receita bruta + receita financeira)	-	-	-	-	6.857	6.857	6.345	6.345
Impostos correntes (lucro presumido)	-	-	-	-	1.703	617	1.567	569
Total de impostos correntes (lucro real e presumido)	-	-	-	-	95.151	34.313	75.461	27.262
Impostos diferidos								
Diferenças temporárias	-	-	-	-	(19.194)	(19.195)	(2.716)	(3.456)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	5.567	5.559	13.507	13.732
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	-	(2.161)	(2.161)	(3.450)	(3.450)
Base de cálculo de impostos diferidos	-	-	-	-	(15.788)	(15.797)	7.341	6.826
Impostos diferidos	-	-	-	-	(5.826)	(2.097)	1.832	612
Total de impostos correntes e diferidos	729	265	-	-	89.325	32.216	77.293	27.874
Alíquota efetiva	-	-	-	-	29%	10%	29%	11%

(a) Vide nota explicativa 18 e 23.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Consolidado	
	31/03/10	31/12/09
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	<u>76.856</u>	<u>68.036</u>
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	1.962.811	1.740.213
Despesa antecipada de outorga fixa – extensão do prazo da concessão (2)	<u>324.907</u>	<u>297.775</u>
	<u>2.287.718</u>	<u>2.037.988</u>

(1) Outorga da concessão

(1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada AutoBAn efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos sub-rogados e obrigações relacionadas à outorga, sendo esses valores registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2010 era de R\$ 4.727 no circulante e de R\$ 74.449 no não circulante (R\$ 4.727 e R\$ 75.631 respectivamente em 31 de dezembro de 2009).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos e 8 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2026.

(1.2) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada ViaOeste efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente relacionados à outorga da concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2010 era de R\$ 3.297 no circulante e de R\$ 38.740 no não circulante (R\$ 3.297 e R\$ 39.564 respectivamente em 31 de dezembro de 2009).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 24 anos e 9 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2022.

(1.3) A controlada ViaLagos efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2010 era de R\$ 1.177 no circulante e de R\$ 11.674 no não circulante (R\$ 1.177 e R\$ 11.968 respectivamente em 31 de dezembro de 2009).

(1.4) A controlada RodoAnel efetuou pagamentos relativos à outorga, os quais serão apropriados ao resultado pelo prazo remanescente da concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2010 era de R\$ 67.655 no circulante e de R\$ 1.837.948 no não circulante (R\$ 58.835 e R\$ 1.613.050 respectivamente em 31 de dezembro de 2009).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(2) A mudança do prazo de concessão, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº. 27. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste, AutoBAn e a controlada em conjunto Renovias, nesta última para fins desta demonstração, passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, de forma que o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão, conforme segue:

- de abril de 2018 até dezembro de 2022 – ViaOeste;
- de maio de 2018 até dezembro de 2026 – AutoBAn;
- de abril de 2018 até maio de 2022 – Renovias.

Em 31 de março de 2010, o saldo dos valores reduzidos do custo referente ao pagamento de outorga fixa e reconhecidos como despesa paga antecipadamente é de R\$ 324.907 (R\$ 297.775 em 31 de dezembro de 2009), sendo, na ViaOeste R\$ 39.350 (R\$ 36.065 em 31 de dezembro de 2009), na AutoBAn R\$ 278.684 (R\$ 255.416 em 31 de dezembro de 2009) e na Renovias R\$ 6.873 (R\$ 6.294 em 31 de dezembro de 2009).

10 Despesas antecipadas e outros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Circulante				
Seguros		-	12.764	10.161
Depósitos judiciais		-	7.350	7.200
Adiantamentos a terceiros	1.449	1.449	7.726	4.330
Adiantamentos de pessoal	377	164	1.805	1.262
Outros	<u>1.375</u>	<u>726</u>	<u>5.198</u>	<u>3.875</u>
	<u>3.201</u>	<u>2.339</u>	<u>34.843</u>	<u>26.828</u>
Não circulante				
Depósitos judiciais	155	154	8.821	8.799
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>98</u>	<u>93</u>
	<u>155</u>	<u>154</u>	<u>8.919</u>	<u>8.892</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos findos em 31 de março de 2010 e 2009, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, entidades controladas em conjunto, coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

a. Controladora

	Transações		Saldos			
	Serviços Prestados	Receitas	Ativo		Passivo	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas						
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a) (c)	-	-	33.802	-	-	-
Actua Assessoria Ltda.	305	-	-	-	95	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	-	-	-	1.724	-	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (b)	-	-	541.017	-	-	-
Parques Serviços Ltda. (e)	-	-	-	-	2.601	-
Engellog Centro de Engenharia Ltda.	236	-	-	-	74	-
Consórcio Operador Parques (a)	-	16.924	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	272	-	-	-	85	-
Concessionária da Ponte Rio - Niterói S.A.	-	-	-	-	26	-
Controladoras						
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (f)	-	-	-	-	14	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (f)	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (f)	-	-	-	-	-	476
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	60	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Benito Roggio Transporte Ltda. (d)	-	-	-	1.332	-	-
RATP Development S.A. (d)	-	-	-	1.333	-	-
Profissionais chave						
Remuneração dos administradores	3.443	-	-	-	2.069	-
Plano de incentivo de longo prazo	1.090	-	-	-	8.307	8.974
Total, 31 de março de 2010	<u>5.346</u>	<u>16.924</u>	<u>574.881</u>	<u>4.389</u>	<u>13.271</u>	<u>10.890</u>
Total, 31 de dezembro de 2009	<u>29.765</u>	<u>67.697</u>	<u>535.755</u>	<u>3.626</u>	<u>17.410</u>	<u>10.890</u>
Total, 31 de março de 2009	<u>4.756</u>	<u>16.924</u>				

- (a) Contas a receber e receita do Consórcio Operador Parques pela prestação de serviços de operação e manutenção na controlada RodoNorte.
- (b) Contratos de mútuo, remunerados às taxas de CDI + 1,18% a.a., CDI + 0,74% a.a., CDI + 0,84% a.a. e CDI + 1,25% a.a. para a controlada RodoAnel. Os vencimentos previstos são: 28 de maio de 2010, 31 de agosto de 2010, 30 de setembro de 2010, 29 de outubro de 2010, 12 de novembro de 2010 e 17 de dezembro de 2010. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (c) Contratos de mútuo, remunerados às taxas de CDI + 110% a.a. para a controlada RodoNorte, com vencimento previsto para 07 de maio de 2010. A taxa de remuneração é equivalente às praticadas no mercado, na data em que as transações foram realizadas.
- (d) Contratos de mútuo entre as empresas, remunerados pelo IPC, com vencimento em 28 de fevereiro de 2015.
- (e) Contas a pagar do Consórcio Operador Parques para despesas de folha de pagamento.
- (f) Adiantamento para futuro aumento de capital.

b. Consolidado

	Transações			Saldos			
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Ativo		Passivo	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladoras							
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	60	-	-	-
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.291	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (g)	-	-	-	-	-	-	720
Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.142	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (c)	-	-	-	-	-	12	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (g)	-	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	14.278	-	-	-	7.404	-
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (g)	-	-	-	-	-	-	476
Controladas							
Engellog – Centro de Engenharia Ltda.	-	-	201	-	-	-	-
Actua Assessoria Ltda.	-	-	642	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	740	-	-	-	-
Controladas em conjunto							
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	83.778	-	486	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	-	-	-	219	-	-	-
Outras partes relacionadas							
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	59.551	-	-	142	-	24.284	-
Consórcio Operador Parques (d)	2.774	-	-	465	-	1.815	-
Consórcio Vila Velha (e)	-	2.655	-	37	-	1.011	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	95	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (f)	-	-	-	-	1.332	-	-
RATP Developpment S.A. (f)	-	-	-	-	1.333	-	-
Encalso Construções S.A.	-	-	-	-	-	28.475	-
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	98	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	4.159	-
Profissionais chave							
Remuneração dos administradores	8.238	-	-	-	-	4.861	-
Plano de incentivo de longo prazo	1.090	-	-	-	-	8.307	8.974
Total, 31 de março de 2010	<u>71.653</u>	<u>16.933</u>	<u>1.583</u>	<u>84.796</u>	<u>2.665</u>	<u>83.351</u>	<u>10.890</u>
Total, 31 de dezembro de 2009	<u>257.899</u>	<u>122.674</u>	<u>5.562</u>	<u>97.977</u>	<u>1.902</u>	<u>93.670</u>	<u>10.890</u>
Total, 31 de março de 2009	<u>61.143</u>	<u>49.190</u>	<u>1.126</u>				

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

- (a) Valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para as controladas no período subsequente.
- (b) Refere-se ao custo de operação, manutenção e conservação da controlada NovaDutra.
- (c) Contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.
- (d) Refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada RodoNorte.
- (e) Obras nas rodovias operadas pela controlada RodoNorte.
- (f) Contratos de mútuo com as empresas, remunerados pelo IPC, com vencimento em 28 de fevereiro de 2015.
- (g) Adiantamento para futuro aumento de capital.

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/09</u>	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/09</u>
Remuneração fixa	1.654	1.535	3.981	3.768
Outros benefícios de curto prazo (1) / (a)	1.789	1.421	4.257	3.367
Plano de incentivo de longo prazo (2)	<u>1.090</u>	<u>987</u>	<u>1.090</u>	<u>987</u>
Total	<u>4.533</u>	<u>3.943</u>	<u>9.328</u>	<u>8.122</u>

(1) Remuneração variável, seguro de vida e previdência privada.

(2) Conforme detalhado na nota explicativa nº. 17.

- (a) O saldo de despesa com profissionais chave da administração (outros benefícios) em 31 de março de 2009, foi ajustado em R\$ 1.312 na controladora e R\$ 3.095 no consolidado, para refletir o provisionamento das despesas com Programa de Participação nos Resultados (PPR).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>	
	31/03/10	31/12/09
Participações em empresas controladas e controladas em conjunto	<u>1.921.193</u>	<u>1.848.148</u>
Total	<u>1.921.193</u>	<u>1.848.148</u>

b. Movimentação dos saldos

	<u>NovaDutra</u>	<u>AutoBAn</u>	<u>ViaLagos</u>	<u>Ponte</u>	<u>RodoNorte</u>	<u>ViaOeste</u>	<u>CPC</u>	<u>RodoAnel</u>	<u>STP</u>	<u>ViaQuatro</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	321.067	438.379	19.885	41.449	184.612	281.461	411.645	60.476	26.345	49.421
Resultado de equivalência patrimonial	47.204	72.654	7.033	7.636	25.087	29.465	(1.264)	(60.360)	6.865	(10.651)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.270
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(24.465)	-	-	-	-	(49.001)	-	-	28	2.089
Lucro não realizado	38	52	-	2	43	8	-	6	-	-
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2010	<u>343.844</u>	<u>511.085</u>	<u>26.918</u>	<u>49.087</u>	<u>209.742</u>	<u>261.933</u>	<u>410.381</u>	<u>122</u>	<u>33.238</u>	<u>59.129</u>

	<u>Parques</u>	<u>Actua Servicos</u>	<u>Actua Assessoria</u>	<u>EngeLog</u>	<u>CPCI</u>	<u>CPCSP</u>	<u>CCR México</u>	<u>CCR USA</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (*)	405	103	11.729	(8.300)	1	1	1.093	76	1.839.848
Resultado de equivalência patrimonial (**)	102	4.361	3.294	5.655	-	-	(461)	(60)	136.560
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	18.270
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(4.670)	(550)	(3.800)	-	-	-	-	(80.369)
Lucro não realizado	-	-	-	(377)	-	-	-	-	(228)
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	82	2	84
Provisão para passivo a descoberto	-	206	-	6.822	-	-	-	-	7.028
Saldo em 31 de março de 2010	<u>507</u>	<u>-</u>	<u>14.473</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>714</u>	<u>18</u>	<u>1.921.193</u>

(*) O saldo do investimento em 31 de dezembro de 2009 está apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto no valor de 8.300.

(**) Para obter o resultado da equivalência informado na controladora, deve-se somar a equivalência das controladas mais o valor do lucro não realizado (R\$ 228 em 31/03/10)

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Informações das investidas

	NovaDutra		AutoBAn		ViaLagos		Ponte	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Capital social	230.769	230.769	218.750	218.750	11.292	11.292	26.662	26.662
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	128.766	128.766	175.000	175.000	35.168	35.168	19.421	19.421
Ordinárias	64.383	64.383	175.000	175.000	17.584	17.584	9.711	9.711
Preferenciais	64.383	64.383	-	-	17.584	17.584	9.710	9.710
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	343.844	321.067	511.085	438.379	26.918	19.885	49.087	41.449
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	343.844	321.067	511.085	438.379	26.918	19.885	49.087	41.449
	RodoNorte		ViaOeste		CPC		RodoAnel	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Capital social	107.480	107.480	139.763	139.763	413.148	413.148	200.000	200.000
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	1.846.936	1.846.936	13.976.292	13.976.292	445.580	445.580	190.000	190.000
Ordinárias	645.198	645.198	6.988.146	6.988.146	222.790	222.790	95.000	95.000
Preferenciais	1.201.738	1.201.738	6.988.146	6.988.146	222.790	222.790	95.000	95.000
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	244.113	214.865	261.933	281.461	414.526	415.803	128	63.659
Participação no capital social, no final do exercício - %	85,92	85,92	100	100	99	99	95	95
Participação no patrimônio líquido	209.742	184.612	261.933	281.461	410.381	411.645	122	60.476
	STP		ViaQuatro		Parques		Actua Serviços	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Capital social	37.050	37.050	105.135	73.635	10	10	10	10
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	8.529	8.529	63.572	63.572	9	9	10	10
Ordinárias	8.529	8.529	32.882	32.882	-	-	-	-
Preferenciais	-	-	30.690	30.690	-	-	-	-
Quotas	-	-	-	-	9	9	10	10
Patrimônio líquido	86.897	68.875	101.947	85.207	590	471	(207)	103
Participação no capital social, no final do exercício - %	38,25	38,25	58	58	85,92	85,92	99,90	99,90
Participação no patrimônio líquido	33.238	26.345	59.129	49.420	507	405	(207)	103

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Informações das investidas (continuação)

	Actua Assessoria		EngeLog		CPCI		CPCSP	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Capital social	10	10	10	10	1	1	1	1
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	10	10	10	10	1	1	1	1
Ordinárias	-	-	-	-	0,5	0,5	0,5	0,5
Preferenciais	-	-	-	-	0,5	0,5	0,5	0,5
Quotas	10	10	10	10	-	-	-	-
Patrimônio líquido	14.487	11.741	(6.829)	(8.308)	1	1	1	1
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,90	99,90	99,90	99,90	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	14.473	11.730	(6.822)	(8.300)	1	1	1	1
	CCR México		CCR USA		Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Capital social	9.975	9.975	6.900	6.900	2.025.348	2.026.108	2.025.348	2.026.108
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	4.100	4.100	0,3	0,3	441.397	441.397	441.397	441.397
Ordinárias	-	-	-	-	441.397	441.397	441.397	441.397
Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	4.100	4.100	0,3	0,3	-	-	-	-
Patrimônio líquido	714	1.093	18	76	3.012.814	2.877.990	3.012.814	2.877.990
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	-	-
Participação no patrimônio líquido	714	1.093	18	76	3.012.814	2.877.990	-	-

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998, o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o contrato. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item “i”). Tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003, foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A Controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada, provisoriamente, até julgamento de todos os recursos interpostos.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da Controlada. Em razão disso, os acionistas e a Controlada ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04.

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2009

Desde o ano de 2003, a Controlada vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, tiveram sentenças favoráveis à Controlada, com recurso da parte contrária pendente de julgamento. Em relação ao reajuste de 2003 a Controlada apelou quanto ao aspecto formal da sentença e ao ônus da sucumbência. E em 2009, teve liminar deferida favoravelmente à Controlada, estando em fase inicial.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vi. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a Controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A Controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$16.000. A Controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004 o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A Controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 03 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. A ação está em fase de instrução. Paralelamente, o Estado do Paraná recorreu da decisão liminar, mas não obteve êxito.

vii. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Controlada auferiu receitas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que, foi interposto recurso pela Concessionária e ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Sentença de extinção da ação sem julgamento do mérito, com recurso da parte contrária pendente de julgamento.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Ação Popular – Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo-ARTESP e dos acionistas da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., Companhia de Concessões Rodoviárias e Encalço Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo contra a aplicação imediata da sentença em razão de anterior decisão do Tribunal de Justiça. Em 03 de agosto de 2009, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, deferiu o pedido de liminar suspensiva requerida no Pedido da Reclamação, mantendo a cobrança até o trânsito em julgado da ação.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os acionistas controladores e a administração das controladas reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As informações trimestrais das referidas controladas e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

Os ativos e as receitas líquidas representam respectivamente 4,10% e 11,02% para a controlada RodoNorte e 23,75% e 3,41% para a controlada RodoAnel, dos valores consolidados.

13 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora			
		31/03/10		31/12/09	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	1.347	(761)	586	611
Máquinas e equipamentos	20	1.411	(973)	438	415
Veículos	20	357	(3)	354	-
Instalações e edificações	7	550	(550)	-	1
Imobilizações em andamento	-	18	-	18	451
		<u>3.683</u>	<u>(2.287)</u>	<u>1.396</u>	<u>1.478</u>

	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado			
		31/03/10		31/12/09	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido (reclassificado) (c)
Móveis e utensílios	11	18.415	(8.304)	10.111	9.554
Máquinas e equipamentos	13	129.080	(71.566)	57.514	53.935
Veículos	21	47.572	(32.543)	15.029	14.597
Desapropriações	5	221.442	(76.966)	144.476	146.298
Instalações e edificações	6	310.708	(111.659)	199.049	193.314
Dispositivos de proteção e segurança	5	240.411	(112.120)	128.291	121.480
Pavimentos	11	2.020.641	(1.212.244)	808.397	788.895
Projetos e investimentos ambientais	6	185.655	(69.291)	116.364	114.211
Obras de arte especiais	5	811.049	(225.951)	585.098	558.922
Obras de arte correntes	5	389.969	(169.440)	220.529	219.800
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	30.541	(16.833)	13.708	13.981
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	8	75.810	(21.845)	53.965	53.546
Sinalizações	29	184.934	(146.564)	38.370	40.328
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	533.172	(177.890)	355.282	335.753
Obras preliminares e complementares	6	197.612	(97.383)	100.229	100.126
Sistemas operacionais	11	270.276	(176.872)	93.404	97.987
Imobilizado de Rodovias - Renovias	8	190.959	(73.913)	117.046	117.940
Imobilizações em andamento (a)	-	799.135	-	799.135	679.411
Adiantamento para aquisição de imobilizado (b)	-	71.987	-	71.987	94.451
		<u>6.729.368</u>	<u>(2.801.384)</u>	<u>3.927.984</u>	<u>3.754.529</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) A descrição das principais imobilizações em andamento em 31 de março de 2010 são as seguintes:

- AutoBAN: R\$ 349.783 - obras do complexo Anhanguera na SP330; implantação de marginais dos Km 92 ao 98 na SP330; obras do complexo do km 110 na SP330; recuperação de obras de artes especiais na SP330 e SP348; recuperação de pórticos e semi-pórticos na SP 330 e SP348 e melhorias viárias na marginal Tietê;
- ViaOeste: R\$ 113.131 - obras do complexo Cebolão, obras no trevo de Jandira na SP280; implantação do posto geral de fiscalização (PGF) no km 73,5 pista leste da SP270; reconfiguração das praças de pedágio dos km 18 e 20 da SP280; recuperação de obras de artes especiais; melhorias do entroncamento do km 20 da SP280 e alças RodoAnel;
- NovaDutra: R\$ 127.293 - recuperação, reforço e alargamento de obras de arte especiais; implantação de passarelas; execução de serviços de estabilização de taludes; obras de encabeçamentos e capeamentos; obras no viaduto Bulhões no km 292,79; implantação de marginal do km 169 ao 172,9 sul; recuperação de pavimento;
- RodoNorte: R\$ 27.730 - recuperação e manutenção de pavimento flexível; manutenção de pavimento rígido e obras de contenção de talude em pontos críticos;
- RodoAnel: R\$ 32.290 - implantação da segunda fase das obras na praça de pedágio no km 13; conservação especial de túneis; recuperação de taludes e recuperação de obras de artes especiais;
- Ponte: R\$ 3.782 - reforma de aduelas sobre o mar; recuperação de pavimento rígido;
- ViaLagos: R\$ 667 - recuperação e tratamento superficial do pavimento flexível e sinalização;
- ViaQuatro: R\$ 139.248 - aquisição de equipamentos (trens e sistemas);

(b) A controlada em conjunto ViaQuatro, efetuou os seguintes e principais adiantamentos para os fornecedores Siemens Ltda., Siemens Transportation Systems, Siemens AG, SEPSA – Sistemas Eletrônicos de Potência S.A. e Hyndai Rotem Company totalizando R\$ 71.987, para a elaboração do projeto, que prevê:

- Fornecimento de 14 trens com 6 carros cada, incluindo estudo de comportamento dinâmico do veículo e sobressalentes obrigatórios;
- Fornecimento do sistema de sinalização, incluindo análise de segurança e sobressalentes obrigatórios;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Fornecimento do sistema de comando centralizado da via e pátio, incluindo sobressalentes obrigatórios; e
- Fornecimento do sistema de comunicação móvel, incluindo sobressalentes obrigatórios.

(c) Para melhor apresentação o valor de R\$ 32.650 foi reclassificado de imobilizado em andamento para adiantamento para aquisição de imobilizado.

Movimentação do custo - consolidado

	31/12/09		31/03/10			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros (2)	
Móveis e utensílios	17.496	254	(71)	-	736	18.415
Máquinas e equipamentos	121.812	4.890	(748)	-	3.126	129.080
Veículos	45.702	8	(216)	-	2.078	47.572
Desapropriações	220.563	-	(86)	-	965	221.442
Instalações e edificações	300.766	2.925	(1)	-	7.018	310.708
Dispositivos de proteção e segurança	231.021	-	-	-	9.390	240.411
Pavimentos	1.960.094	-	-	-	60.547	2.020.641
Projetos e investimentos ambientais	180.847	-	-	-	4.808	185.655
Obras de arte especiais	773.978	-	-	-	37.071	811.049
Obras de arte correntes	384.780	-	-	-	5.189	389.969
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	30.541	-	-	-	-	30.541
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	73.927	-	-	(571)	2.454	75.810
Sinalizações	181.676	-	-	-	3.258	184.934
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	507.170	-	-	-	26.002	533.172
Obras preliminares e complementares	195.072	-	-	-	2.540	197.612
Sistemas operacionais	269.865	298	(1.123)	-	1.236	270.276
Imobilizado de Rodovias - Renovias	188.058	2.901	-	-	-	190.959
Imobilizações em andamento	679.411	247.916	-	-	(128.192)	799.135
Adiantamento para aquisição de imobilizado	94.451	16.692	-	-	(39.156)	71.987
	<u>6.457.230</u>	<u>275.884</u>	<u>(2.245)</u>	<u>(571)</u>	<u>(930)</u>	<u>6.729.368</u>

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(2) O valor líquido de R\$ 930 corresponde às reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da depreciação - consolidado

	31/12/09		31/03/10		
	Depreciação	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Depreciação
Móveis e utensílios	(7.942)	(421)	59	-	(8.304)
Máquinas e equipamentos	(67.877)	(4.287)	598	-	(71.566)
Veículos	(31.105)	(1.658)	220	-	(32.543)
Desapropriações	(74.265)	(2.738)	37	-	(76.966)
Instalações e edificações	(107.452)	(4.208)	1	-	(111.659)
Dispositivos de proteção e segurança	(109.541)	(2.579)	-	-	(112.120)
Pavimentos	(1.171.199)	(41.045)	-	-	(1.212.244)
Projetos e investimentos ambientais	(66.636)	(2.655)	-	-	(69.291)
Obras de arte especiais	(215.056)	(10.895)	-	-	(225.951)
Obras de arte correntes	(164.980)	(4.460)	-	-	(169.440)
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. E mob. canteiros	(16.560)	(273)	-	-	(16.833)
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	(20.381)	(1.682)	-	218	(21.845)
Sinalizações	(141.348)	(5.216)	-	-	(146.564)
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	(171.417)	(6.473)	-	-	(177.890)
Obras preliminares e complementares	(94.946)	(2.437)	-	-	(97.383)
Sistemas operacionais	(171.878)	(6.073)	1.079	-	(176.872)
Imobilizado de Rodovias - Renovias	(70.118)	(3.795)	-	-	(73.913)
	<u>(2.702.701)</u>	<u>(100.895)</u>	<u>1.994</u>	<u>218</u>	<u>(2.801.384)</u>

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

14 Intangível

	Taxa média anual de amortização %	Controladora			
		31/03/10			31/12/09
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	630	(482)	148	144
Ágio - STP (b) (*)	-	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(12.245)	3.063	3.827
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	<u>16.569</u>	<u>(15.037)</u>	<u>1.532</u>	<u>2.454</u>
		<u>42.418</u>	<u>(33.319)</u>	<u>9.099</u>	<u>10.781</u>

Em 31 de dezembro de 2009, foi realizado teste de redução ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa abaixo, baseado em seu valor em uso, mediante o desconto do fluxo de caixa de dividendos futuros gerados a partir do uso continuado da unidade ou até o fim dos contratos de concessão. Os valores em uso foram superiores aos valores contábeis e, portanto, nenhum ajuste foi reconhecido. Não ocorreu no trimestre nenhum evento indicativo da necessidade de revisão dos testes de recuperabilidade realizado anualmente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxa média anual de amortização %	Consolidado			
		31/03/10		31/12/09	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	14	30.426	(19.787)	10.639	11.146
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	15.775	(5.550)	10.225	9.063
Ágio - ViaOeste (a)	6	251.709	(74.813)	176.896	180.376
Ágio - STP (b) (*)	10	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(12.245)	3.063	3.827
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	-	2.970	(2.970)	-	-
Ágio - CPC - Renovias (e)	7	209.209	(27.397)	181.812	185.548
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	16.569	(15.038)	1.531	2.454
Ágio - CPC - Controlar (g)	11	<u>136.719</u>	<u>(9.115)</u>	<u>127.604</u>	<u>131.511</u>
		<u>688.596</u>	<u>(172.470)</u>	<u>516.126</u>	<u>528.281</u>

Movimentação do custo - consolidado

	31/12/09	31/03/10			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferência (1)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	29.786	496	(10)	154	30.426
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	14.038	961	-	776	15.775
Ágio - ViaOeste (a)	251.709	-	-	-	251.709
Ágio - STP (b) (*)	9.911	-	-	-	9.911
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	15.308	-	-	-	15.308
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	2.970	-	-	-	2.970
Ágio - CPC - Renovias (e)	209.209	-	-	-	209.209
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	16.569	-	-	-	16.569
Ágio - CPC - Controlar (g)	<u>136.719</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>136.719</u>
	<u>686.219</u>	<u>1.457</u>	<u>(10)</u>	<u>930</u>	<u>688.596</u>

(1) O valor de R\$ 930 corresponde às reclassificações do ativo imobilizado para as contas de intangível.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação da amortização – consolidado

	31/12/09		31/03/10	
	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Direitos de uso de sistemas informatizados	(18.640)	(1.155)	8	(19.787)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(4.975)	(575)	-	(5.550)
Ágio - ViaOeste (a)	(71.333)	(3.480)	-	(74.813)
Ágio - STP (b) (*)	(5.555)	-	-	(5.555)
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	(11.481)	(764)	-	(12.245)
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	(2.970)	-	-	(2.970)
Ágio - CPC – Renovias (e)	(23.661)	(3.736)	-	(27.397)
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	(14.115)	(923)	-	(15.038)
Ágio – CPC - Controlar (g)	<u>(5.208)</u>	<u>(3.907)</u>	<u>-</u>	<u>(9.115)</u>
	<u>(157.938)</u>	<u>(14.540)</u>	<u>8</u>	<u>(172.470)</u>

(*) Conforme disposto na deliberação CVM nº. 565 de 17 de dezembro de 2008, o ágio apurado na controlada em conjunto STP deixou de ser amortizado a partir de janeiro de 2009, em decorrência deste investimento não ter vida útil definida. O ágio é submetido anualmente a teste de recuperabilidade.

Os demais ágios têm vida útil definida e por este motivo continuam sendo amortizados linearmente pelo prazo de vida útil, sendo submetidos a teste de recuperabilidade anualmente.

a. Ágio - ViaOeste

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

b. Ágio - STP

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago às outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

c. Ágio - Parques e RodoNorte

Refere-se ao aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, e é amortizado linearmente.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d. Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., - controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

e. Ágio - CPC - Renovias

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% da Renovias Concessionária S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

f. Ágio - Aquisição de quinhão consorcial

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques, amortizado até o encerramento do contrato em agosto de 2010. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

g. Ágio - CPC - Controlar

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 45% da Controlar S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Controlar. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Financiamentos e empréstimos

	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimentos	Consolidado		
						31/03/10	31/12/09	
Em moeda nacional								
1.1	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	15 de Janeiro de 2012	25.283	28.731	
1.1	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 2,12% a.a.	8.1901% (a)	535	447	15 de Fevereiro de 2017	230.513	208.619
1.1	Unibanco - União de Bcos. Bras. S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	15 de Janeiro de 2012	15.170	17.239
1.1	Banco Bradesco S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	15 de Janeiro de 2012	10.113	11.493
1.1	Banco ABN Amro Real S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	15 de Janeiro de 2012	5.057	5.746
1.1	HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 0,831% a.a.	N/I	-	-	29 de Janeiro de 2010	-	25.812
1.1	Banco Alfa de Investimentos S.A.	CDI + 0,558% a.a.	N/I	-	-	31 de Março de 2010	-	21.037
1.2	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	N/I	-	-	15 de Novembro de 2010	-	24.211
1.6	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,72% a.a.	N/I	-	-	15 de Dezembro de 2011	12.568	14.364
1.6	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 0,275% a.m.	N/I	-	-	17 de Junho de 2011	-	5.259
1.6	Banco Bradesco S.A.	CDI + 2,25% a.a.	N/I	-	-	11 de Fevereiro de 2010	-	3.220
1.8	Banco Itai BBA S.A.	CDI + 1,8% a.a.	N/I	-	-	30 de Dezembro de 2010	371.428	362.500
1.9	Banco Itai BBA S.A.	CDI + 1,7% a.a.	N/I	-	-	18 de Dezembro de 2014	31.725	23.298
1.10	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 1% a.a.	N/I	-	-	15 de Novembro de 2014	4.106	3.723
1.11	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7% a.a.	N/I	-	-	15 de Outubro de 2013	1.497	1.607
1.12	Unibanco - União de Bcos. Bras. S.A. e Banco Bradesco S.A.	TJLP + 3% a.a.	N/I	-	-	15 de Julho de 2012	3.357	3.752
1.13	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 4,3% a.a.	N/I	-	-	15 de Abril de 2011	450	554
Subtotal moeda nacional						711.267	761.165	
Em moeda estrangeira								
1.2	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	C.MOEDAS + 5% a.a.	N/I	-	-	15 de Janeiro de 2011	-	1.900
1.3	Banco do Brasil S.A.	Iene + 5,8225% a.a.	N/I	-	-	20 de Agosto de 2010	78.826	75.479
1.4	Banco ABN Amro Real S.A.	US\$ + 3,19% a.a.	N/I	-	-	9 de Julho de 2010	25.710	24.743
1.4	Banco ABN Amro Real S.A.	US\$ + 3,19% a.a.	N/I	-	-	9 de Julho de 2010	3.830	3.686
1.5	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 3,75% a.a.	5,9271% (a)	22.633	22.515	15 de Novembro de 2024	517.895	500.263
1.5	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 3,50% a.a.	5,6514% (a)	15.088	15.010	15 de Novembro de 2022	344.966	333.486
1.7	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 1,9% a.a. a 2,5% a.a.	2,8670% (a)(b)	13.906	13.149	15 de Fevereiro de 2020	170.314	110.276
1.7	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 2,2% a.a. a 2,8% a.a.	4,0314% (a)(b)	3.903	3.692	15 de Fevereiro de 2023	49.211	31.928
Subtotal moeda estrangeira						1.190.752	1.081.761	
Total de financiamentos e empréstimos						1.902.019	1.842.926	
Circulante								
Financiamentos e empréstimos						542.519	614.253	
Custos de transação						(4.802)	(1.679)	
Total						537.717	612.574	
Não circulante								
Financiamentos e empréstimos						1.414.313	1.284.064	
Custos de transação						(50.011)	(53.712)	
Total						1.364.302	1.230.352	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

(b) Alternativamente poderá ser utilizada a ABR Prime, conforme previsão contratual.

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Consolidado	
	31/03/10	31/12/09
2011	71.781	137.877
2012	75.432	105.799
2013	96.486	120.416
2014	94.732	119.807
Após 2014	<u>1.075.882</u>	<u>800.165</u>
Total	<u>1.414.313</u>	<u>1.284.064</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Empréstimos e Financiamentos

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1.1 AutoBAn

Em 10 de julho de 2000, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 220.000, sendo parte direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco e Sudameris (ABN Amro Real).

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 105 prestações mensais, entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras delas decorrentes;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela controlada;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 31 de março de 2010 é de R\$ 119.500 (R\$ 137.800 em 31 de dezembro de 2009).
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;
- A controlada está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentem, cumulativamente, no mínimo, os seguintes índices:
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
 - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

A controlada também possuía contratos de financiamento junto ao IFC, BID e BNDES, que foram liquidados, antecipadamente, em 11 de maio 2006. Entretanto, mantém-se a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2010, juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Os juros adicionais correspondentes aos anos de 2004 a 2007 foram de R\$ 6.963, cujo pagamento foi feito entre outubro de 2008 a março de 2009 e o valor referente ao ano de 2008 foi de R\$ 7.062, e o pagamento foi realizado em maio e junho de 2009. O valor de R\$ 3.555, referente ao ano de 2009, foi pago em abril de 2010.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações em relação à época de assinatura do contrato, a controlada entrou em processo de negociação com os financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais, cuja formalização foi finalizada em outubro de 2008.

A controlada possui provisionado em 31 de março de 2010, na rubrica de outras contas a pagar, o montante de R\$ 6.171 (R\$ 4.441 em 31 de dezembro de 2009) para o cumprimento dessa obrigação.

Em 05 de fevereiro de 2009, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,12% a.a. mais TJLP.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O principal será amortizado em 72 parcelas mensais a partir do dia 15 de março de 2011, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. A partir de 15 de março de 2011 os juros serão pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Em fevereiro, maio e novembro de 2009, foram liberadas as três primeiras parcelas do financiamento, nos valores de R\$ 110.000, R\$ 75.000 e R\$ 22.000, respectivamente e em março de 2010 foi liberada a quarta parcela no valor de R\$ 21.951.

As principais garantias e cláusulas restritivas desse contrato de financiamento são as seguintes:

- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas delas decorrentes;
- Penhor de todas as ações emitidas pela controlada;
- Manter, durante a vigência do Contrato, o seguinte índice apurado trimestralmente: $(\text{Patrimônio Líquido} + \text{Dividendos a Pagar}) / \text{Ativo Total}$: igual ou maior que 20% (vinte por cento).

Em 24 de setembro de 2009 a controlada emitiu junto ao Banco HSBC Bank Brasil S.A. duas Cédulas de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro (CCB), nas seguintes condições:

- A Primeira: com valor de R\$ 12.061 e com custo correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, acrescida exponencialmente equivalente a 0,867% a.a., quitada em 30 de outubro de 2009;
- A Segunda: com valor de R\$ 25.222 e com custo correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, acrescida exponencialmente equivalente a 0,831% a.a., quitada em 29 de janeiro de 2010.

Em 23 de dezembro de 2009 a controlada emitiu junto ao Banco Alfa uma Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro (CCB), com valor de R\$ 21.000 e custo correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, acrescida exponencialmente equivalente a 0,558% a.a.

Esta cédula de crédito foi integralmente quitada em 31 de março de 2010.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.2 RodoNorte

Em 01 de novembro de 2001, a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito, no valor total de R\$ 169.301, dividido em subcréditos A e B, com valores respectivos de R\$ 16.930 e R\$ 152.371, junto ao BNDES.

Sobre o principal da dívida no subcrédito A incide taxa de juros de 5% a.a., acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES, na captação de recursos em moeda estrangeira no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. A exigibilidade dos juros é mensal.

Sobre o principal da dívida no subcrédito B incide juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal do subcrédito A será em 84 prestações mensais, entre 15 de fevereiro de 2004 e 15 de janeiro de 2011. Para o subcrédito B, também será em 84 prestações mensais, entre 15 de dezembro de 2003 e 15 de novembro de 2010.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Caução das ações emitidas pela controlada representativa de 99,99% de seu capital social;
- Caução e cessão de 100% das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BNDES e do Agente Fiduciário, qualquer dívida exceto as abaixo listadas: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com os Patrocinadores; (ii) empréstimo de capital de giro que não excedam o montante de R\$ 10.000 e; (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de mudanças no escopo dos investimentos até o limite de R\$ 30.000.
- Não distribuir dividendos antes da Conclusão Técnica e Financeira do Projeto e do atingimento de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,3.
- Manter em conta reserva o equivalente a 12 meses do serviço da dívida projetada ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. Em 31 de março de 2010, o montante de fiança bancária é de R\$ 60.000.

Em 27 de dezembro de 2007, a RodoNorte obteve a Conclusão Técnica e Financeira do Projeto, e a partir daquela data está livre para distribuir dividendos aos acionistas.

Este financiamento foi liquidado antecipadamente em 31 de março de 2010.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.3 ViaLagos

Em 05 de setembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em iene no valor de R\$ 68.000 junto ao Banco do Brasil S.A., com vencimento em parcela única em 20 de agosto de 2010 e com encargos financeiros de 5,8225% a.a. Foi realizada uma operação de *hedge (swap)* com taxa de 103,20% da variação acumulada do CDI, vinculada a este empréstimo.

Em 29 de agosto de 2008, o empréstimo e a operação de *swap* vinculada foram parcialmente liquidados, sendo o valor de principal amortizado de R\$ 7.807, juros de R\$ 453 e *hedge (swap)* de R\$ 1.666.

1.4 Ponte

Em 14 de julho de 2008, a controlada firmou 2 contratos de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., com vencimento para 14 de julho de 2009 e encargos financeiros de 6,13% a.a., nos montantes de US\$ 11.001 mil e US\$ 13.999 mil, e contratou *hedge (swap)* às taxas de 109,70% da variação acumulada do CDI, vinculada a este empréstimo.

Em 14 de julho de 2009, os contratos de *hedge (swap)* foram integralmente liquidados e um dos contratos de empréstimo foi liquidado parcialmente, sendo que os saldos remanescentes de US\$ 2.085 mil e US\$ 13.999 mil foram prorrogados para 09 de julho de 2010, com juros de 3,19% a.a. e com a taxa do *hedge* alterada para 123,50% da variação acumulada do CDI.

1.5 RodoAnel

Em 03 de dezembro de 2009, a concessionária assinou o contrato de financiamento de longo prazo com o BID (Inter-American Development Bank) e JBIC (Japan Bank for International Cooperation) no valor de US\$ 500 milhões, sendo US\$ 300 milhões com o BID e outros bancos comerciais (BID A e BID B) e US\$ 200 milhões com o JBIC. Tal valor foi desembolsado integralmente no dia 22 de dezembro e conta com as seguintes condições financeiras:

- Pagamentos de juros: semestrais a cada 15 de maio e 15 de novembro, a partir de 15 de maio de 2010;
- Pagamentos de principal: semestrais a cada 15 de maio e 15 de novembro, a partir de 15 de maio de 2011. Os valores dos pagamentos são crescentes, sendo o primeiro no montante de US\$ 750 correspondentes ao BID A e BID B e US\$ 500 correspondente ao JBIC e o último de US\$ 6.000 para o BID A, US\$ 14.500 para o BID B e US\$ 12.000 para o JBIC;
- Vencimento final:
 - BID A e JBIC: 15 de novembro de 2024; e
 - BID B: 15 de novembro de 2022.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Remuneração:
 - BID A e JBIC: Libor (6 meses) + 3,75% a.a. e
 - BID B: Libor (6 meses) + 3,50% a.a.

O financiamento exige um programa de *hedge* mínimo que considera: i) proteção contra flutuações da taxa Libor por um período mínimo de 5 anos; e ii) proteção contra flutuações cambiais do fluxo de pagamentos de juros e principal por um período mínimo de 24 meses.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária das ações da concessionária;
- Cessão fiduciária de direitos e de créditos;
- Cessão condicional de contrato;
- Assunção condicional temporária (*step-in rights*);
- Suporte dos acionistas para determinados eventos;
- Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 meses do valor do serviço da dívida a vencer, sendo o valor de R\$ 7.767 depositado em conta reserva;
- Conta reserva de operação e manutenção equivalente a 25% do valor estimado de gastos operacionais no ano, sendo o valor de R\$ 8.954 depositado em conta reserva; e
- A concessionária está impedida de realizar qualquer pagamento restrito (o qual inclui distribuição de dividendos aos acionistas) caso o ICSD seja inferior a 1,25.

ICSD = (Geração de Caixa Líquida / Serviço da Dívida Sênior), ambos definidos no contrato de financiamento.

Em 31 de março de 2010, o montante de fiança bancária é de R\$ 6.217.

O financiamento permite realavancagem com compartilhamento de garantias caso, após a entrada em operação do Trecho Sul do RodoAnel Mario Covas, o ICSD seja superior a 1,5 e permaneça assim, considerando tal realavancagem. Os recursos da realavancagem deverão ser usados obrigatoriamente para a amortização antecipada das debêntures subordinadas.

1.6 CPC - Renovias

Em 10 de março de 1999, a controlada em conjunto Renovias firmou o contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 91.271, junto ao BNDES, subdividido em dois subcréditos:

A) R\$ 53.305 remunerado à taxa de juros de 5% a.a. mais a TJLP, tendo sido integralmente liquidado em setembro de 2008.

B) R\$ 37.966 remunerado à taxa de juros de 5% a.a. mais a TJLP, tendo sido integralmente liquidado em 15 de março de 2009.

Em 04 de dezembro de 2006, a controlada em conjunto Renovias firmou novo contrato de abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 53.202.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,72% a.a. mais TJLP, com exigibilidade trimestral, nos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, no período compreendido entre dezembro de 2006 e dezembro de 2008 e, mensalmente, a partir do dia janeiro de 2009 até dezembro de 2011.

As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Renovias;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;
- Manter em conta reserva o equivalente a duas vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante 30 meses do prazo de amortização e manter o valor equivalente à última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante os últimos seis meses do contrato. Em 31 de março de 2010, o saldo da conta reserva é de R\$ 3.666.
- Seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelo BNDES;
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado;
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, excluindo, para efeito do cálculo, o valor lançado como ônus fixo da concessão constante do passivo total; e
- Não contratar empréstimo de curto prazo, inclusive as renovações dos demais contratos já firmados após a celebração deste contrato, cujo valor acumulado supere R\$ 3.500, com data base de 10 de março de 1999, reajustado na mesma forma e nas mesmas épocas do reajuste da tarifa, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

Em 13 de julho de 2006, a controlada em conjunto Renovias em conjunto firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 26.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A. Sobre o principal da dívida incidem juros calculados pela Taxa DI-Cetip Over, divulgada pela CETIP, acrescida de 0,275% ao mês. Este contrato foi integralmente liquidado em 11 de fevereiro de 2010.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 28 de dezembro de 2009, a controlada em conjunto Renovias emitiu junto ao Banco Bradesco S.A. uma Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro (CCB), no valor de R\$ 8.050, com vencimento em 11 de fevereiro de 2010. A remuneração desta Cessão é correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, acrescida exponencialmente equivalente a 2,25% a.a.. Este contrato foi integralmente liquidado em 11 de fevereiro de 2010.

1.7 ViaQuatro

Em 7 de outubro de 2008, a controlada em conjunto ViaQuatro contratou financiamento de longo prazo, no valor total de US\$ 368.700 junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

- Financiamento BID A (Fase I):
 - Valor: US\$ 69.200;
 - Prazo total: 15 anos;
 - Custo:
 - Libor +2,20% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
 - Libor +2,50% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
 - Libor +2,80% a.a.: a partir do início da operação da Fase II.
- Financiamento BID A (Fase II):
 - Valor: US\$ 59.500;
 - Prazo e custo: condições de mercado no momento da Fase II.
- Financiamento BID B (somente Fase I):
 - Valor: US\$ 240.000;
 - Prazo total: 12 anos;
 - Custo:
 - Libor +1,90% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
 - Libor +2,20% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
 - Libor +2,50% a.a.: a partir do início da operação da Fase II;

De acordo com as condições estipuladas no Contrato de Financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa em substituição a Libor quando:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em razão de circunstâncias que afetem o mercado, meios adequados e razoáveis não existam para identificar a Libor na data de apuração da taxa de juros em questão;
- Os participantes necessários determinarem e notificarem o BID, por escrito, que a Libor não refletirá de modo adequado e justo o custo para os participantes.

Os montantes são creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes.

A primeira liberação ocorreu no dia 11 de dezembro de 2008 nos valores de US\$ 22.146 referente ao BID A e US\$ 76.828 referente ao BID B, a segunda liberação ocorreu em 30 de julho de 2009 nos valores de US\$ 12.799 referente ao BID A e US\$ 44.402 referente ao BID B e a terceira liberação ocorreu em 01 de fevereiro de 2010 nos valores de US\$ 16.110 referente ao BID A e US\$ 55.890 referente ao BID B.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da controlada em conjunto, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias da controlada em conjunto;
- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do Contrato de Concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Contratar operação de *hedge* de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento.
- Contratar operação de *hedge* de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado, caso a taxa a termo do dólar de março de 2010 esteja acima de R\$ 2,40. Após a entrega das obras de infraestrutura, deverá ser efetuado *hedge* de 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos).
- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação ou propriedade da controlada em conjunto, exceto aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR/os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R\$ 7.500;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor, após último desembolso do financiamento da Fase I do Projeto;
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de Conclusão do Projeto da Fase I;
- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, após a Conclusão do Projeto, se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, o seguinte índice:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

1.8 NovaDutra

Em 29 de julho de 2009, a CCR transferiu a totalidade de seus direitos e obrigações previstas em Contrato de Mútuo firmado com a controlada em 10 de fevereiro de 2009, para o Itaú BBA S.A. através do Aditamento e Consolidação de Dívida Subordinada, sendo o montante desta Cessão de R\$ 347.354, com vencimento em 30 de dezembro de 2010.

A remuneração desta Cessão é correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias do CDI de um dia, acrescida de 1,80% a.a., sendo a remuneração paga integralmente na data de vencimento, ou na data do pagamento antecipado facultativo.

Esta dívida somente poderá ser liquidada após o pagamento das debêntures, a qual possui vencimento em 1º de julho de 2010.

1.9 Controlar

Em 24 de novembro de 2009, a controlada em conjunto contratou financiamento com o Banco Itaú BBA S.A., no montante de R\$ 70.000 destinados a; (i) prorrogar vencimento de financiamento de R\$ 35.000 contratado em 2008; e (ii) captar R\$ 35.000 adicionais para a expansão de suas atividades, tendo o valor integral sido liberado até 31 de março de 2010.

A remuneração deste financiamento corresponde à variação acumulada do CDI, acrescida de 1,7% a.a., sendo que a amortização do principal e o pagamento dos juros inicia após um ano, trimestralmente durante 3 anos, com os vencimentos em 11 de fevereiro de 2013 para o montante de R\$ 35.000, 11 de novembro de 2013 para o montante de R\$ 15.000 e 18 de dezembro de 2010 para o montante de R\$ 20.000.

A renovação do montante de R\$ 35.000 foi realizada de acordo com as datas de vencimento de cada CCB.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As garantias e as principais cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Fiança dos acionistas para 100% do endividamento;
- Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Projeto e indenizações devidas pelo Poder Concedente;
- Limitação do endividamento líquido em R\$ 100.000;
- Manutenção do índice endividamento líquido / EBITDA inferior a 3,0, sendo a apuração deste índice realizada semestralmente;
- Restrição de distribuição de dividendos, pela controlada, além do mínimo legalmente permitido, durante o período decorrido entre a assinatura de cada CCB e a data na qual deverá ser paga a primeira parcela de principal; e
- Restrições para modificações da composição dos acionistas controlada em conjunto sem a prévia anuência do financiador.

1.10 FINAME com encargos financeiros de 1,0% a.a. mais TJLP.

Em agosto e setembro de 2009, a controlada AutoBAn firmou seis contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no montante total de R\$ 833, destinado à compra de caminhões, caminhão trator, plataforma autossocorro e guincho de socorro (reboque). A amortização do principal se dará em quarenta e cinco e em cinquenta e sete parcelas mensais, entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de outubro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente, em 15 de novembro de 2009 e 15 de janeiro de 2010 e mensalmente no período de amortização.

De agosto a dezembro de 2009, a controlada RodoNorte firmou dez contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no montante total de R\$ 2.787, destinado à compra de caminhões, caminhão trator, plataforma autossocorro e guincho de socorro (reboque). A amortização do principal se dará em cinquenta e sete e em quarenta e cinco parcelas mensais, entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de outubro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente, em 15 de novembro de 2009, 15 de dezembro de 2009 e 15 de janeiro de 2010 e mensalmente no período de amortização.

Em agosto e setembro de 2009, a controlada RodoAnel firmou quatro contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no montante total de R\$ 638, destinado à compra de caminhões, guincho de socorro (reboque) e equipamento de demarcação viária. A amortização do principal se dará em cinquenta e sete e em quarenta e cinco parcelas mensais, entre 15 de janeiro de 2010 e 15 de novembro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente, em 15 de dezembro de 2009 e 15 de fevereiro de 2010 e mensalmente no período de amortização.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.11 FINAME com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP

Em 01 de julho de 2008, a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 421, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

Em 02 de julho de 2008, a controlada RodoNorte firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 706, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

Em 04 de agosto de 2008, a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 186, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de julho de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

Em 10 de outubro de 2008, a controlada NovaDutra firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 435, destinado à compra de equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de outubro de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização.

1.12 FINAME com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP

Em 26 de junho de 2007, a controlada RodoNorte firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no montante total de R\$ 2.432, destinado à compra de caminhões, guinchos e ambulâncias. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de agosto de 2008 e 15 de julho de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2007 e 15 de julho de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 03 de abril de 2007 e em 16 de abril de 2007 a controlada ViaOeste firmou três contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no valor total de R\$ 1.035, destinado à compra de caminhões e equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de maio de 2008 e 15 de maio de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2007 e 15 de abril de 2008, e mensalmente no período de amortização.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 08 e 30 de novembro de 2006 e em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a controlada NovaDutra firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco e Unibanco, no valor total de R\$ 2.920, destinados à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de autossocorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012.

1.13 FINAME com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP

Em 12 de abril de 2006, a controlada ViaOeste firmou dois contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no valor total de R\$ 1.836, destinado à compra de caminhões e guinchos. A amortização do principal se dará em cinquenta e quatro parcelas mensais, entre 15 de novembro de 2006 e 15 de abril de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2006 e 15 de abril de 2011, e mensalmente no período de amortização.

16 Debêntures

	Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimentos	Controladora		Consolidado		
						31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	
1.1	Série única	IGP-M + 11% a.a.	11,2495% (a)	886	-	Maio de 2010	-	-	-	27.585
1.2	Série 1	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164% (a)	1.469	30	Julho de 2010	-	-	25.427	24.181
1.3	Série única	105% do CDI	0,2388% (b)	1.601	89	Março de 2011	37.696	77.042	37.696	77.042
1.3	Série única	14,75% a.a.	15,5213% (a)	17.532	16.131	Dezembro de 2018	501.366	484.150	501.366	484.150
1.3	Série 1	112% do CDI	0,7282% (b)	3.550	2.862	Agosto de 2012	451.928	462.459	451.928	462.459
1.3	Série 2	IPCA + 7,5% a.a.	0,6215% (a)	1.188	1.038	Agosto de 2014	161.313	155.462	161.313	155.462
1.4	Série 1	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8793% (a)	877	319	Abril de 2014	-	-	80.213	105.270
1.4	Série 2	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8759% (a)	877	309	Outubro de 2013	-	-	101.161	96.048
1.4	Série 3	103,3% do CDI	1,1846% (b)	2.809	484	Abril de 2012	-	-	179.281	228.682
1.5	Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.668	1.698	Julho de 2015	-	-	207.978	203.556
1.5	Série 2	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (a)	2.431	1.249	Julho de 2015	-	-	171.298	163.669
1.5	Série 3	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755% (a)	2.431	1.182	Janeiro de 2015	-	-	157.172	150.188
1.5	Série única	117% do CDI	-	1.494	1.412	Dezembro de 2016	-	-	255.000	250.479
1.6	Série 1	117,50% do CDI	0,0136% (b)	188	163	Novembro de 2012	-	-	39.067	38.140
1.6	Série 2	117,50% do CDI	0,0136% (b)	3.577	3.095	Novembro de 2012	-	-	742.275	724.668
1.7	Série única	CDI + 1,90% a.a.	-	-	-	Fevereiro de 2015	-	-	56.046	-
Total							1.152.303	1.179.113	3.167.221	3.191.579
Circulante										
Debêntures							69.425	62.286	341.396	377.993
Custos de transação							(2.777)	(2.750)	(6.239)	(6.038)
Total							66.648	59.536	335.157	371.955
Não circulante										
Debêntures							1.102.998	1.137.618	2.855.886	2.843.795
Custos de transação							(17.343)	(18.041)	(23.822)	(24.171)
Total							1.085.655	1.119.577	2.832.064	2.819.624

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
2011	-	37.500	588.822	274.072
2012	503.008	500.128	1.194.478	1.468.181
2013	49.995	49.995	239.209	230.133
2014	49.995	49.995	202.755	193.626
Após 2014	<u>500.000</u>	<u>500.000</u>	<u>630.622</u>	<u>677.783</u>
Total	<u>1.102.998</u>	<u>1.137.618</u>	<u>2.855.886</u>	<u>2.843.795</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1.1 RodoNorte

Em 1º de maio de 2001, a controlada emitiu trezentos e quarenta debêntures nominativas escriturais, com garantias reais, de série única, com valor nominal de emissão de R\$ 85.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 14 de novembro de 2001, no valor total atualizado monetariamente de R\$ 96.170, com deságio de 4,98%, que foi registrado como despesas pagas antecipadamente.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em taxa de juros de 11% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado, que será pago em nove parcelas anuais, entre 1º de maio de 2002 e 1º de maio de 2010.

A amortização do principal ocorre em sete parcelas anuais, entre 1º de maio de 2004 e 1º de maio de 2010, sendo a primeira parcela, no valor correspondente a 10% do valor nominal, na data de emissão e as demais, no valor correspondente a 15% do valor nominal, também na data de emissão.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à caução de 99,99% das ações representativas de seu capital social até a amortização final; caução das receitas decorrentes da exploração das rodovias; cessão de indenização dos seguros contratados; caução das contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras e cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.2 da nota explicativa nº.15.

Esta emissão foi amortizada integralmente em 31 de março de 2010.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.2 NovaDutra

Em 1º de julho de 2004, a controlada emitiu dezoito mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em duas séries de nove mil debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 16 de agosto de 2004, no valor total de R\$ 185.425.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 9,5% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2006 e 1º de julho de 2010;
 - Juros: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2005 e 1º de julho de 2010.
- Segunda série:
 - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2007 e 1º de janeiro de 2010;
 - Juros: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2010.
 - A segunda série foi liquidada em sua totalidade no dia 30 de dezembro de 2009.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes e respectivas aplicações financeiras devidas pela emissora, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão e manter em conta reserva o equivalente a 06 meses de serviço da dívida projetada ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. Em 31 de março de 2010, o montante de fiança bancária é de R\$ 31.900.

Os bens e direitos permanecerão empenhados até o cumprimento das obrigações assumidas pela controlada na escritura de emissão e nos contratos de financiamento junto ao BNDES.

1.3 CCR

- Em 1º de março de 2005, a Companhia emitiu quinze mil debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal total de emissão de R\$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R\$ 152.733.

A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 105% do CDI a.a., paga semestralmente a partir da data de emissão.

O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R\$ 500.000.

A remuneração da debênture é baseada em juros de 14,75% a.a.

O valor nominal atualizado da debênture e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas anuais, entre 29 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2018;
- Juros: parcelas semestrais, entre 29 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2018.

A Debênture poderá ser resgatada antecipadamente, a critério da emissora, desde que verificados cumulativamente: (i) prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de emissão; e (ii) ocorrência da Comprovação dos Investimentos nos termos e condições descritos na escritura de debênture.

- Em 1º de agosto de 2009, a Companhia emitiu 598.156 (quinhentas e noventa e oito mil, cento e cinquenta e seis) debêntures simples, não-conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em duas séries, todas nominativas e escriturais, da quinta emissão da CCR. Com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 598.156.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada na variação acumulada de 112% do CDI a.a., enquanto que a da segunda série é de 7,5% a.a. mais a atualização do principal baseada no IPCA.

Os montantes, prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série (R\$ 448.156): prazo de três anos, com amortização em 1º de agosto de 2012 e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de fevereiro de 2010 e 1º de agosto de 2012;
- Segunda série (R\$ 150.000): prazo de cinco anos, com amortizações em 1º de agosto de 2012 (33,34%), 2013 (33,33%) e 2014 (33,33%) e pagamento de juros anualmente, entre 1º de agosto de 2010 e 1º de agosto de 2014;

As Debêntures de ambas as séries poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério da emissora.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é:

- Não manutenção, por dois trimestres consecutivos dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
 - Dívida líquida = soma dos empréstimos e financiamentos, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, diminuído do somatório de: (i) disponibilidades; e (ii) saldo de Conta Reserva registrada no realizável a longo Prazo;
 - Disponibilidades = (Caixa e Bancos + Aplicações Financeiras + Conta Reserva);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.
- EBITDA/Despesas Financeiras inferior a 2 onde:
 - Despesas financeiras ao longo dos últimos 12 meses, apurados pelo regime competência, excluída as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de *hedge* cambial, deduzidas das receitas financeiras, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de *hedge* cambial, calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais ativas, em bases consolidadas.

1.4 AutoBAN

Em 1º de abril de 2006, a controlada emitiu cinquenta e uma mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de nove mil e oitocentas debêntures cada uma e a terceira série de trinta e uma mil e quatrocentas debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R\$ 533.883.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada na variação acumulada de 103,3% do CDI a.a.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;
 - Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014.
- Segunda série:
 - Amortização: cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013.
- Terceira série:
 - Amortização: sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012;
 - Juros: vencimentos semestrais, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao Agente Fiduciário.

Em 25 de março de 2010, a controlada emitiu cento e trinta debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 130.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 01 de abril de 2010, no valor total de R\$ 130.000.

As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 108% do CDI a.a.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: uma única parcela na data de vencimento do contrato em 25 de Setembro de 2012;
- Juros: semestralmente, entre 25 de março de 2011 e 25 de Setembro de 2012.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora. Caso o resgate antecipado ocorra até o final do 12º mês da data de emissão, ao valor do resgate será acrescido um prêmio de 0,5%.

1.5 Via Oeste

Em 1º de julho de 2007, a controlada emitiu sessenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de vinte e oito mil debêntures e a segunda e a terceira séries de dezoito mil e quinhentas debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1º de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada na variação acumulada de 104,5% do CDI a.a., enquanto que as da segunda e da terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as listadas: (i) dívidas subordinadas; (ii) empréstimos de capital de giro que não excedam o valor do principal total de R\$ 50.000; (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão; e (iv) outras dívidas, desde que: (a) aprovadas em Assembléia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação; e (b) seja observado o limite estabelecido no item “a”, parágrafo primeiro do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
 - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures + outras dívidas financeiras permitidas – o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

Em 22 de dezembro de 2009, a controlada emitiu duzentas e cinquenta debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, da segunda emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, com valor nominal total da emissão de R\$ 250.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 23 de dezembro de 2009.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Debêntures farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 117% do CDI a.a..

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: parcelas semestrais, entre 22 de dezembro de 2011 e 22 de dezembro de 2016;
- Juros: parcelas semestrais, pagas nos dias de 22 de dezembro e de junho de cada ano até a data de vencimento, iniciadas em 22 de junho de 2010.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

1.6 RodoAnel

Em 9 de outubro de 2009, a controlada emitiu vinte debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com garantia adicional fidejussória, em duas séries, sendo a primeira de uma debênture e a segunda de dezenove debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 750.000, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas em 09 de outubro de 2009. As debêntures da 1ª série e as debêntures da 2ª série serão garantidas, respectivamente, por fianças prestadas pela Encalco e pela CCR.

A remuneração das debêntures será baseada na variação acumulada de 117,5% do CDI a.a. e as parcelas de juros serão pagas nas seguintes datas: 15 de maio de 2011, 15 de novembro de 2011, 15 de maio de 2012 e 15 de novembro de 2012, esta última correspondente à data de vencimento, quando será devida a última parcela de juros e a totalidade do valor do principal.

1.7 CPC - Renovias

Em 01 de fevereiro de 2010, a controlada emitiu 140 (cento e quarenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, de valor nominal unitário de R\$ 1.000, sendo o valor total de emissão de R\$ 140.000.

A remuneração das debêntures será baseada na variação acumulada do CDI, acrescida exponencialmente de um spread de 1,90% a.a. com seu vencimento em 01 de fevereiro de 2015 e os seus juros remuneratórios serão pagos mensalmente no dia 01 de cada mês até o seu vencimento, sendo o primeiro pagamento em 01 de março de 2010 e a amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 37 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 01 de fevereiro de 2010 e a última em seu vencimento. Podendo ser amortizado extraordinariamente a qualquer momento, sendo a amortização extraordinária efetuada no período de carência do principal o valor será acrescido um prêmio de 0,60%.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O principal critério para o estabelecimento de vencimento antecipado é caso a emissora: (i) realize novas emissões de debêntures exceto da espécie subordinada ou cuja a destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão do direito de exploração de qualquer rodovia de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do referido contrato de concessão; e (ii) contraia ou mantenha empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades da emissora, que excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R\$ 40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembléia Geral dos Debenturistas.

17 Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo, tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Esse plano está baseado na venda a determinados colaboradores, escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UI's.

Cada UI é um instrumento patrimonial que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor (“UVV”). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (UVV no resgate – UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (*vesting*), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem dois Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 1 aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2005 e o Plano 2 no ano de 2007. Cada plano possui seus respectivos Programas.

Caso o contemplado tenha seu vínculo empregatício encerrado com a CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVV's. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o beneficiário perde todos os seus direitos ao resgate de UI's ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos beneficiários do Plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo Programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs ao término do período de *vesting*, podendo o beneficiário, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo Programa. Ao final de cada Programa, as UI's serão automaticamente resgatadas.

A criação de cada Programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração (CAD). A conquista de um Novo Negócio também poderá ensejar a criação de um Programa específico.

A criação de novos Planos e seus respectivos Programas estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas informações trimestrais, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos Planos ou Programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude dos contemplados dos Programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UI's, durante o período a que estas informações trimestrais se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R\$ 1.090 em 31 de março de 2010 (R\$ 987 em 31 de março de 2009).

A partir do exercício de 2008, adotando-se o Pronunciamento CPC10, passou-se a provisionar os custos de incentivo de longo prazo durante o período de *vesting*, apurando-se o valor justo dos montantes relativos ao plano de incentivo, bem como divulgação detalhada de seus critérios. O saldo, nesse sentido, em 31 de março de 2010 era de R\$ 17.281 (R\$ 16.191 em 31 de dezembro de 2009).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Saldo Total em 31.12.2009		Saldo Prov. c/ Passivo em 31.12.2009		Quota em 01.01 e 31.03.2010		Canceladas entre 01.01 e 31.03.2010		Total
	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	
Piano 1 - Programa 1 (2005)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piano 1 - Programa 2 (2005)	53.085	67.74	53.085	67.74	-	-	-	-	3.596
Piano 1 - Programa NN (2005)	29.374	67.74	29.374	67.74	-	-	-	-	1.990
Piano 1 - Programa 3 (2006)	60.347	57.96	60.347	57.96	-	-	-	-	3.498
Piano 2 - Programa 4 (2007)	377.464	14.05	377.464	14.05	-	-	-	-	5.303
Piano 2 - Programa 5 (2008)	336.843	13.91	115.504	12.23	-	-	-	-	1.412
Piano 2 - Programa 6 (2009)	250.200	13.52	46.365	13.45	-	-	-	-	622
Custo aquisição UI's	-	-	-	-	-	-	-	-	(229)
Total	1.107.313	22.224	682.139	16.191	-	-	-	-	-
	Exercidas entre 01.01 e 31.03.10		Saldo Total em 31.03.2010		Exercíveis em junho de 2010		Saldo Prov. c/ passivo em 31.03.2010		Total
	Quantidade de UI's	Valor de resgate da UI (R\$)	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Quantidade de UI's	VJUMP (R\$) em 31.12.09	Total
Piano 1 - Programa 1 (2005)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piano 1 - Programa 2 (2005)	-	-	53.085	67.74	53.085	67.74	53.085	67.74	3.596
Piano 1 - Programa NN (2005)	-	-	29.374	67.74	29.374	67.74	29.374	67.74	1.990
Piano 1 - Programa 3 (2006)	-	-	60.347	57.96	60.347	57.96	60.347	57.96	3.498
Piano 2 - Programa 4 (2007)	-	-	377.464	14.05	125.822	10,23	377.464	14,05	5.303
Piano 2 - Programa 5 (2008)	-	-	336.843	13,91	-	-	170.838	13,74	2.347
Piano 2 - Programa 6 (2009)	-	-	250.200	13,52	-	-	56.223	13,85	777
Custo aquisição UI	-	-	-	-	-	-	-	-	(229)
Total	-	-	1.107.313	22.224	246.151	8.731	747.331	-	17.281

VJUMP (R\$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado em Reais

VJU (R\$) = Valor Justo Unitário em Reais

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelo de avaliação		Dados
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados.	R\$ 131,77 para os programas do Plano 1 e R\$ 35,85 para os programas do Plano 2
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate, de acordo com os critérios mencionados acima, com atualizações futuras estimadas.	Para os programas 2 e NN1, R\$ 56,24 para 2010
		Para o programa 3, R\$ 75,59 para 2010, R\$ 77,65 para 2011
		Para o programa 4, R\$ 25,92 para 2010, R\$ 26,63 para 2011 e R\$ 27,98 para 2012
		Para o programa 5, R\$ 31,17 para 2011, R\$ 32,75 para 2012 e R\$ 34,85 para 2013
		Para o programa 6, R\$ 32,51 para 2012, R\$ 45,84 para 2013 e R\$ 44,66 para 2014
Tempo	Prazo decorrido entre a data base desta informação trimestral e prazo de resgate da tranche de cada Programa, conforme informado acima.	180 dias para os resgates de 2010 e 360 dias adicionais para cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre 01.01.2003 até a data base desta informação trimestral.	2,61% a.d.
Dividend Yield	Logaritmo natural da média histórica anual entre 2003 e a data base desta informação trimestral.	4,43% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Logaritmo natural da estimativa na data base desta informação trimestral da Selic para os períodos em análise.	8,75% (2010), 8,19% (2011), 8,96% (2012), 8,08% (2013) e 7,75% (2014)
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI's até a data base de apuração desta informação trimestral.	2,21%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI's até a data base de apuração desta informação trimestral.	55,59% no primeiro ano e 47,28% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.	
Modelo utilizado na avaliação	Black-Scholes-Merton	

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 Impostos e contribuições a recolher e parcelamentos

a. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Circulante				
ISS	8	46	18.496	18.085
COFINS	-	-	17.537	17.042
PIS, COFINS e CSLL retidos	49	54	3.052	2.834
INSS retido	48	70	2.460	2.582
IRRF	4	17	1.444	5.171
PIS	-	-	2.418	2.311
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	<u>50</u>	<u>61</u>	<u>430</u>	<u>610</u>
Total circulante	<u>159</u>	<u>248</u>	<u>45.837</u>	<u>48.635</u>

b. Impostos e contribuições parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Circulante				
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	31.587	30.163
PIS e COFINS	13	12	12.154	14.028
ISS	-	-	2.157	-
INSS	-	-	664	651
IRRF	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31</u>	<u>30</u>
Total circulante	<u>13</u>	<u>12</u>	<u>46.593</u>	<u>44.872</u>
Não circulante				
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	411.810	393.298
PIS e COFINS	178	175	7.415	8.844
INSS	-	-	6.019	5.899
ISS	-	-	696	-
IRRF	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>359</u>	<u>353</u>
Total não circulante	<u>178</u>	<u>175</u>	<u>426.299</u>	<u>408.394</u>
Total	<u>191</u>	<u>187</u>	<u>472.892</u>	<u>453.266</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 16 de novembro de 2009 o Conselho de Administração aprovou a adesão da Companhia e de suas controladas ao programa de redução e parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09.

Entre os passivos tributários incluídos neste programa, foram considerados o Imposto de Renda e a Contribuição Social das controladas AutoBAN e ViaOeste que, entre 1º de julho de 2006 e 30 de outubro de 2009, foram pagos considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e as respectivas variações monetárias, decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. O passivo incluído no programa refere-se às diferenças temporárias de impostos geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal), que foram registradas no período supra citado no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia e as controladas AutoBAN, ViaOeste e NovaDutra, e a controlada em conjunto Renovias apresentavam saldo de principal, multa e juros de impostos e contribuições federais, os quais foram objeto de pedido, junto à Receita Federal do Brasil, de adesão ao programa de descontos e parcelamentos de débitos tributários federais, previsto na Lei nº. 11.941/09. Aguarda-se a homologação pela Receita Federal do Brasil destes pedidos de adesão.

Em 28 de fevereiro de 2010, encerrou-se o prazo legal estabelecido na Portaria Conjunta RFB/PGFN no. 13, de 19 de novembro de 2009, para que as empresas aderentes ao Programa de Parcelamento desistissem dos processos administrativos e judiciais relativos aos débitos objeto de parcelamento. Considerando que a desistência obrigatória dos processos antecedeu a homologação dos débitos parcelados, foi necessária a interpretação de algumas disposições normativas sobre o tema e, considerando a existência de algumas divergências de interpretação entre assessores jurídicos e o fisco, foi necessário complementar a provisão de dezembro de 2009, no montante de R\$ 13.840.

Os tributos que estão aguardando a homologação dos parcelamentos são os seguintes:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
IRPJ e CSLL	-	443.397
PIS e COFINS	191	19.569
INSS	-	6.683
IRRF	-	390
	<u>191</u>	<u>470.039</u>

Os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 serão pagos em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa Selic.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
Circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	7.004	9.965
Comissões a pagar	-	-	6.171	4.441
Verbas contratuais	-	-	5.207	4.769
Indenizações a pagar	-	-	3.608	3.608
Provisão de custos com AVI	-	-	2.509	2.020
Adiantamento de clientes	-	-	2.330	1.505
Seguros a pagar	2	-	1.156	1.875
Outros	<u>72</u>	<u>72</u>	<u>2.016</u>	<u>2.056</u>
	<u>74</u>	<u>72</u>	<u>30.001</u>	<u>30.239</u>
Não circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	2.357	2.433
Outros	<u>900</u>	<u>900</u>	<u>898</u>	<u>900</u>
	<u>900</u>	<u>900</u>	<u>3.255</u>	<u>3.333</u>

20 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/03/10	31/12/09
Circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	259	88
Trabalhistas e previdenciárias	<u>328</u>	<u>1.697</u>
	<u>587</u>	<u>1.785</u>
Não circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	12.069	11.678
Trabalhistas e previdenciárias	<u>2.200</u>	<u>808</u>
	<u>14.269</u>	<u>12.486</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 141.738, em 31 de março de 2010 (R\$ 147.853, em 31 de dezembro de 2009), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas às questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança, em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas informações trimestrais.

Além de efetuarem depósitos judiciais, as controladas NovaDutra, AutoBAn, RodoNorte, ViaOeste, Ponte e ViaLagos contrataram fianças bancárias no montante de R\$ 102.309 para os processos em andamento.

21 Arrendamento mercantil

a. Operacional - consolidado

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos 31/03/10	Pagamentos futuros mínimos 31/12/09
Até um ano	3.333	855
Acima de um ano e até cinco anos	1.483	410

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto operam com 393 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto reconheceram basicamente na rubrica de Materiais, Equipamentos e Veículos os seguintes valores de despesas com operações de arrendamento mercantil operacional:

	31/03/10	31/03/09
Despesas com arrendamento mercantil operacional	2.885	1.928

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 206 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia e da controlada em conjunto Controlar.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro

	31/03/10		31/12/09	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Móveis e utensílios	-	200	-	194
Máquinas e equipamentos	-	718	-	748
Equipamentos de informática	-	8	-	892
Equipamentos de telefonia	-	702	-	17
Veículos	357	465	353	583
Softwares	-	21	-	68
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	774	-	516
	<u>357</u>	<u>2.888</u>	<u>353</u>	<u>3.018</u>

Durante o período findo em 31 de março de 2010, a Companhia e sua controlada em conjunto Controlar reconheceram como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 115 e R\$ 726 relativos a despesas financeiras e despesas de depreciação, respectivamente.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	31/03/10			
	Controladora		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente (*)
Até um ano	118	104	1.365	1.500
Acima de um ano e até cinco anos	208	226	1.496	1.365

(*) Valor presente foi calculado com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 441.396.800 ações ordinárias.

b. Custo de captação

São os gastos relativos à oferta pública de ações. O montante desses gastos incorridos até 31 de março de 2010 foi de R\$ 30.147 (R\$ 29.387 em 31 de dezembro de 2009).

c. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 28 de abril de 2010, foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária a distribuição complementar de dividendos no montante de R\$ 101.521, correspondente a R\$ 0,23 por ação, relativos aos lucros do exercício de 2009, os quais haviam sido registrados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2009. O início dos pagamentos foi em 05 de maio de 2010.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/03/09	31/03/10	31/03/09
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(32.094)	(30.917)	(110.223)	(110.845)
Variação monetária sobre debêntures	(2.881)	-	(17.960)	(1.680)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(87.030)	(5.464)
Variação monetária sobre obrigações com poder concedente	-	-	(95)	-
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	(140)	(614)	-
Perda com operações de derivativos	(407)	-	(32.156)	(18.567)
Juros sobre impostos parcelados	(4)	-	(6.889)	(1.163)
Juros e multas sobre obrigações fiscais	(130)	(36)	(1.002)	(264)
Juros e multas sobre obrigações fiscais – Lei nº 11.941/09 (a)	-	-	(42.040)	-
IOF	-	-	(2.334)	(7.436)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(258)</u>	<u>(162)</u>	<u>(5.590)</u>	<u>(5.468)</u>
	<u>(35.774)</u>	<u>(31.255)</u>	<u>(305.933)</u>	<u>(150.887)</u>
Receitas financeiras				
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	8.257
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	63.048	17.944
Juros e variações monetárias sobre mútuos	12.410	6.866	133	47
Ganho com operações de derivativos	56	-	20.329	4.764
Descontos obtidos	2	-	287	58
Descontos obtidos – Lei nº 11.941/09 (a)	-	-	28.200	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	30.375	21.468	43.065	34.321
Juros e outras receitas financeiras	<u>1.561</u>	<u>1.463</u>	<u>4.040</u>	<u>2.586</u>
	<u>44.404</u>	<u>29.797</u>	<u>159.102</u>	<u>67.977</u>

(a) Vide nota explicativa 18.

24 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vencidos nos próximos 12 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora							
	31/03/10		31/12/09		31/03/10		31/12/09	
	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	1.535.865	-	1.535.865	-	1.510.789	-	1.510.789
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	579.270	579.270	-	-	539.381	539.381
Passivos								
Debêntures	-	-	(1.152.303)	(1.152.303)	-	-	(1.179.113)	(1.179.113)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(3.422)	(3.422)	-	-	(3.714)	(3.714)
Partes relacionadas	-	-	(24.161)	(24.161)	-	-	(28.300)	(28.300)
Arrendamento mercantil	-	-	(326)	(326)	-	-	(355)	(355)
Contas a pagar com operações de derivativos	(351)	-	-	(351)	-	-	-	-
Total	(351)	1.535.865	(600.942)	934.572	-	1.510.789	(672.101)	838.688

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado							
	31/03/10				31/12/09			
	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Disponível para venda	Custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	1.978.914	-	1.978.914	-	2.057.772	-	2.057.772
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	18.551	-	18.551	-	1.539	-	1.539
Contas a receber de clientes	-	-	138.770	138.770	-	-	135.864	135.864
Partes relacionadas	-	-	87.461	87.461	-	-	99.879	99.879
Contas a receber com operações de derivativos	25.488	-	-	25.488	34.341	-	-	34.341
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(403.153)	(403.153)	-	-	(444.849)	(444.849)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(108.366)	(108.366)	-	-	(103.908)	(103.908)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(308.115)	(308.115)	-	-	(316.316)	(316.316)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(1.082.385)	(1.082.385)	-	-	(977.853)	(977.853)
Debêntures	-	-	(3.167.221)	(3.167.221)	-	-	(3.191.579)	(3.191.579)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(273.818)	(273.818)	-	-	(262.921)	(262.921)
Partes relacionadas	-	-	(94.012)	(94.012)	-	-	(104.560)	(104.560)
Arrendamento mercantil	-	-	(2.861)	(2.861)	-	-	(3.194)	(3.194)
Contas a pagar com operações de derivativos	(27.431)	-	-	(27.431)	(25.462)	-	-	(25.462)
Total	(1.943)	1.997.465	(5.213.700)	(3.218.178)	8.879	2.059.311	(5.169.437)	(3.101.247)

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/10		31/12/09		31/03/10		31/12/09	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	1.535.865	1.535.865	1.510.789	1.510.789	1.978.914	1.978.914	2.057.772	2.057.772
Conta reserva	-	-	-	-	18.551	18.551	1.539	1.539
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	138.770	138.770	135.864	135.864
Créditos - partes relacionadas	579.270	579.270	539.381	539.381	87.461	87.461	99.879	99.879
Fornecedores e outras contas a pagar	3.422	3.422	3.714	3.714	273.818	273.818	262.921	262.921
Dívidas - partes relacionadas	22.092	22.092	28.300	28.300	94.012	94.012	104.560	104.560
Arrendamento mercantil	326	326	355	355	2.861	2.861	3.194	3.194
Empréstimos (*)	-	-	-	-	511.519	509.811	541.814	542.813
Debêntures (*)	1.172.423	1.166.192	1.199.904	1.193.304	3.197.282	3.251.650	3.221.788	3.261.324
Financiamentos (*)	-	-	-	-	1.445.313	1.445.313	1.356.504	1.356.504

(*) Os valores estão brutos dos custos de transação

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – São definidos como ativos disponíveis para venda. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- **Contas a receber de clientes, créditos - partes relacionadas, fornecedores, dívidas - partes relacionadas, arrendamento mercantil e outras contas a pagar** – São classificadas como mantidas até o vencimento e mensuradas pelo custo amortizado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- **Debêntures** – São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registradas pelo custo amortizado. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e têm volume insignificante de transações em um mercado secundário, não proporcionando, de acordo com entendimento da Administração da Companhia, informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA.
- **Empréstimos** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo custo amortizado. Esta classificação foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e no entendimento da Administração, os valores mensurados ao custo amortizado refletem a informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, os empréstimos tiveram seus valores justos calculados com base nas projeções de índices futuros divulgados pela BM&F.
- **Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo, UMBNDES – Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou à LIBOR – London Interbank Offered Rate. Conforme descrito na nota explicativa nº. 15, esses financiamentos são relativos a operações de “*Project Finance*” (financiamentos do BNDES e BID), como também a Finames.

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam as controladas e controladas em conjunto à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto buscam realizar parte de suas captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações: (1) da LIBOR relativa aos empréstimos denominados em dólares norte-americanos; (2) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) da Cesta de Moedas (UMBNDDES) relativa ao empréstimo em reais tomado com o BNDDES; (4) IGP-M e CDI relativo às debêntures; e (5) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 5, 15 e 16.

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

<u>Controladas</u>	<u>Índices de atualização (variação)</u>
AutoBAn	100% do IGP-M
ViaOeste	100% do IGP-M
Renovias	100% do IGP-M
RodoAnel	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 20 de julho de 2009, a controlada em conjunto ViaQuatro, para cumprir exigência do contrato de financiamento com o BID contratou operação de *hedge* da taxa Libor de seis meses com teto (*cap*) de 4,5% a.a., através da aquisição de opções de compra, com vencimentos de acordo com o fluxo de pagamento de juros da dívida. O valor nominal das opções corresponde a 75% do valor dos desembolsos em aberto do BID até 15 de fevereiro de 2013. Após essa data, o valor da proteção correspondente a 100% do total desembolsado em aberto até o vencimento do financiamento.

Em 18 de dezembro de 2009, a controlada RodoAnel, para cumprir exigência do contrato de financiamento com o BID, contratou operação de *hedge* trocando a variação da taxa Libor de seis meses mais spread de 3,75% a.a. e 3,5% a.a. pela taxa de juros fixa de 6,782% a.a. para o BID A e 6,53% a.a. para o BID B, respectivamente. O valor nominal das operações corresponde aos saldos da dívida em USD que é base para o cálculo dos juros dos próximos 5 anos, ou seja, até maio de 2014. A medida que as parcelas vincendas forem pagas, serão contratadas novas operações de *hedge* de forma a garantir uma taxa de juros fixa para o fluxo de pagamento de juros dos próximos 5 anos.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos e a contratação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras em outras moedas. A necessidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos é avaliada permanentemente.

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA) e ao Iene (Japão), equivalentes em 31 de março de 2010, a R\$ 1.245.118 (R\$ 1.136.680 em 31 de dezembro de 2009) (nota explicativa nº. 15). Desse montante, a Companhia e suas controladas contrataram operações de *hedge* no valor de R\$ 266.545 (R\$ 241.192 em 31 de dezembro de 2009). Não estão protegidos por operações de *hedge* para variação cambial, o principal e os juros do financiamento do BID da controlada em conjunto ViaQuatro, com vencimento após agosto de 2010, assim como as parcelas de principal e juros com vencimento a partir de novembro de 2011 da controlada RodoAnel.

A controlada em conjunto ViaQuatro possui compromissos de aquisição de equipamentos vinculados ao Dólar (EUA) e ao Euro (EUR) e para proteção de seus fluxos de caixa futuros contratou operação de *hedge* de variação cambial, equivalente em 31 de março de 2010 a R\$ 51.485 (R\$ 10.224 em 31 de dezembro de 2009).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 26 de fevereiro de 2010 a Companhia firmou com o Banco HSBC dois contratos de *hedge* (swap), nos montantes de US\$ 5.040 e US\$ 7.484 a uma taxa de câmbio inicial de R\$/US\$ 1,817, com vencimentos em 13 de agosto de 2010 e 14 de fevereiro de 2011, respectivamente. As remunerações destes contratos correspondem à variação acumulada do CDI acrescida de 1,6% a.a.. Estes contratos têm como finalidade a proteção correspondente a 60% da variação cambial dos próximos 12 meses de fluxo de caixa do financiamento do BID da controlada em conjunto ViaQuatro.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não possuem instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo, tampouco, os nomeados, instrumentos financeiros derivativos exóticos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados, por meio dos seus controles internos.

Os instrumentos derivativos utilizados pelas controladas e controladas em conjunto são relativos a:

- Contratos de *hedge* (swap) onde há troca da moeda e da taxa de juros, de dólares norte-americanos (USD), Euros (EUR) e Ienes japoneses (JPY) por um percentual do CDI, como também troca da Libor por uma taxa fixa.
- Opções de compra da taxa Libor com teto (*cap*) de 4,5% a.a. para todo o fluxo de pagamento de juros da dívida da controlada em conjunto ViaQuatro com o BID, de acordo com as condições definidas no contrato de financiamento (vide nota explicativa nº 15 – subitem 1.7, onde estão descritas as condições para a contratação de hedge).
- Contratos a termo de moeda onde há troca da variação da moeda norte-americana (USD) por uma cotação fixa no vencimento das parcelas do contrato.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo. Por não ter atendido todas as condições para contabilização pelo método de *hedge accounting*, os efeitos dos ajustes de valor justo estão sendo contabilizados no resultado quando incorridos. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são calculados projetando-se os fluxos futuros, de acordo com as taxas contratuais, e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando as projeções para o cupom limpo, divulgado pela BM&F. Os valores justos foram determinados com base na curva ativa dos contratos, tendo sido adotado como valor justo para a curva passiva, os valores contábeis atualizados registrados pela curva.

O valor justo das opções de compra da controlada em conjunto ViaQuatro é calculado utilizando o modelo de Black para precificação de opções de taxa de juros.

Essas estimativas não indicam necessariamente os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial
(hedge de valor justo através do resultado)

Operações	Data de início dos contratos	Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nacional)		Valor Justo		Valores Brutos Líquidados		Efeito Acumulado		Resultado	
				Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Moeda Local	Recebidos (Pagos)	Recebidos (Pagos)	Valores a receber / (pagos)	Valores a pagar / (pagos)		Efeito acumulado ganho / (Perda)
				31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/03/09
OPERAÇÕES EM ABERTO (VALOR JUSTO)													
OPÇÕES DE COMPRA													
ViaQuatro													
Posição ativa	30/09/2009	11/08/2022 (2)	Líbor			11.697	15.689						
Posição passiva			Líbor e "Cap" 4,5% a.a.										(3.992)
NDF													
RodoAnel													
Posição ativa	30/09/2009	00/11/2011 (4)	USD	119.853	116.247	129.003	128.141						
Posição passiva			Taxa Fixa de 1,83% a 2,09% a.a.	(125.059)	(119.616)	(131.628)	(131.628)						
SWAP													
CCR													
Posição ativa	26/02/2010	14/02/2011	USD+ 2,03% a.a.	13.460	-	13.503	-						
Posição passiva			100% do CDI	(13.701)	-	(13.701)	-						(198)
Posição ativa	26/02/2010	13/08/2010	USD+ 1,60% a.a.	9.061	-	9.074	-						
Posição passiva			100% do CDI	(9.227)	-	(9.227)	-						(153)
Ponte													
Posição ativa	ABN Amro Real	14/07/2009	09/07/2010	13.999	13.999	25.710	24.743	25.851	24.988				
Posição passiva			USD + 3,19% a.a.	(29.951)	(29.220)	(29.951)	(29.220)						(418)
Posição passiva			123,5% do CDI										
Posição ativa	ABN Amro Real	14/07/2009	09/07/2010	2.085	2.085	3.830	3.685	3.850	3.722				
Posição passiva			USD + 3,19% a.a.	(4.460)	(4.352)	(4.461)	(4.352)						(331)
Posição passiva			123,5% do CDI										
ViaLagos													
Posição ativa	Banco do Brasil	05/09/2007	20/08/2010	3.504.507	3.504.507	78.826	75.479	80.003	77.275				
Posição passiva			JPY + 5,8225%	(78.826)	(75.992)	(77.577)	(75.992)						(1.143)
Posição passiva			103,2% do CDI										(11.524)
ViaQuatro													
Posição ativa	Banco Bradesco	08/03/2010	08/04/2010	4.060	-	7.307	-	7.307	-				31
Posição passiva			USD+ 2,5% a.a.	(7.276)	-	(7.276)	-						
Posição passiva			98,5% do CDI										
Posição ativa	Banco Bradesco	05/02/2010	06/04/2010	13.894	-	24.962	-	24.974	-				(1.435)
Posição passiva			USD+ 0,50% a.a.	(26.409)	-	(26.409)	-						
Posição passiva			Taxa Pré Fixada 7,91% a.a.										
Posição ativa	Banco Bradesco	30/11/2009	06/04/2010	6.832	-	16.470	-	16.405	-				
Posição passiva			EURO + 0,5% a.a.	(17.800)	-	(17.800)	-						(1.395)
Posição passiva			Taxa Pré Fixada 7,91% a.a.										
RodoAnel													
Posição ativa	Vários (3)	22/12/2009	15/05/2014 (5)	500.000	500.000	9.804	867	11.335	16.855				(5.968)
Posição passiva			Líbor + Spread de 3,5% a 3,7% a.a.	(16.359)	(1.452)	(16.915)	(16.467)						
Posição passiva			Taxa Fixa de 6,53% a 6,782% a.a.	(2.223)	(7.565)	(1.943)	(9.011)						(10.954)
TOTAL OPERAÇÕES EM ABERTO													
OPERAÇÕES LIQUIDADAS (VALOR JUSTO)													
Ponte													
Posição ativa													
Posição passiva													
ViaQuatro													
Posição ativa													
Posição passiva													
TOTAL OPERAÇÕES LIQUIDADAS													
TOTAL OPERAÇÕES													

(1) As contrapartes são: Banco Santander (Brasil) S.A., SMBC Capital Markets Limited, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., WestLB AG, New York Branch, Espírito Santo Investment p.l.c., Societe Generale/Paris

(2) As opções de compra estão divididas em cinquenta e quatro tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com o primeiro vencimento em agosto de 2009.

(3) As contrapartes são: Calyon, New York Branch; Banco Espírito Santo S.A.; Caixa Banco de Investimento, S.A.

(4) As NDF's estão divididas em quatro tranches, sendo uma para cada vencimento de juros e principal do financiamento do BID com o primeiro vencimento em maio de 2010.

(5) Os Swap's estão divididos em vinte tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do financiamento do BID com primeiro vencimento em maio de 2010.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Todos os instrumentos financeiros derivativos das controladas e controladas em conjunto foram negociados em mercado de balcão.

As controladas e controladas em conjunto registraram resultados com instrumentos financeiros derivativos nos períodos em 31 de março de 2010 e 2009, conforme o quadro abaixo:

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/10</u>	<u>31/03/09</u>
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	(1.867)	(13.803)
Riscos de juros	<u>(9.960)</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>(11.827)</u></u>	<u><u>(13.803)</u></u>

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas informações trimestrais, sendo que para os cenários A e B, as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Os valores abaixo refletem o efeito no resultado do exercício em cada um dos cenários, caso as parcelas de principal e juros reconhecidos até a data do balanço não sejam protegidas por novos contratos de *hedge* além dos já existentes.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro						
Dívida em USD	Fevereiro de 2023	235.702	Aumento da cotação do USD	-	(58.926)	(117.851)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(58.926)	(117.851)
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Abril de 2010	32.262	Derivativo - Aumento do USD	-	8.066	16.131
Banco Bradesco (Swap)	Abril de 2010		Dívida - Aumento do USD	-	(8.066)	(16.131)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Abril de 2010	16.470	Derivativo - Aumento do EUR	-	4.118	8.235
Banco Bradesco (Swap)	Abril de 2010		Dívida - Aumento do EUR	-	(4.118)	(8.235)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
CCR						
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Fevereiro de 2011	22.521	Derivativo - Aumento do USD	-	5.630	11.261
Banco HSBC (Swap)	Fevereiro de 2011		Dívida - Aumento do USD	-	(5.630)	(11.261)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
Ponte						
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Julho de 2010	29.540	Derivativo - Aumento do USD	-	7.385	14.770
Banco ABN Amro Real (Swap)	Julho de 2010		Dívida - Aumento do USD	-	(7.385)	(14.770)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
ViaLagos						
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Agosto de 2010	78.826	Derivativo - Aumento do Iene	-	19.707	39.413
Banco do Brasil (Swap)	Agosto de 2010		Dívida - Aumento do Iene	-	(19.707)	(39.413)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
RodoAnel						
Dívida em USD	Novembro de 2024	886.048	Aumento da cotação do USD	-	(221.512)	(443.024)
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	(221.512)	(443.024)
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Novembro de 2011	118.907	Derivativo - Aumento do USD	-	(29.727)	(59.453)
Hedge (NDF)	Novembro de 2011		Dívida - Aumento do USD	-	29.727	59.453
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	(280.438)	(560.875)

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Metodologia de cálculo empregada nos cenários:

- Dívidas

Para as dívidas não atreladas a derivativos foi estabelecido o dólar de 31 de março de 2010, cuja taxa é de R\$ 1,7810, como base do cenário provável. Por esse motivo não há efeitos no resultado do exercício nesse cenário. Para os cenários A e B, a taxa do dólar acima foi aumentada em 25% e 50%, sendo os valores obtidos de R\$ 2,2263 e R\$ 2,6715, respectivamente. Os valores demonstrados nos cenários A e B correspondem à variação das taxas entre o cenário provável e os outros cenários, aplicada aos saldos de balanço das exposições na data dessas informações trimestrais.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Derivativos atrelados às dívidas

NDF (Non deliverable forward): Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas informações trimestrais. Como os valores já estão registrados nas informações trimestrais, não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário. Para os cenários A e B, a taxa de R\$ 1,7810, utilizada no cenário provável, foi adicionada em 25% e 50%, respectivamente, sendo que os valores demonstrados nos referidos cenários correspondem à variação entre a taxa do cenário provável e as taxas consideradas para os cenários A e B, quais sejam R\$ 2,2263 e R\$ 2,6715, aplicadas sobre o valor de cobertura. Abaixo estão demonstrados os valores de cobertura:

Empresa	Datas de vencimento	Valor de cobertura em R\$ mil
RodoAnel	Mai/2010	24.128
RodoAnel	Novembro/2010	30.079
RodoAnel	Mai/2011	32.305
RodoAnel	Novembro/2011	32.394

Contratos de Swap: Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas informações trimestrais (R\$ x USD = 1,7810, R\$ x JPY = 0,019530 e R\$ x EUR = 2,4090). Por esse motivo não há efeitos no resultado do exercício nesse cenário. Para os cenários A e B, as taxas definidas no cenário provável foram acrescidas em 25% e 50%, respectivamente, sendo que os valores demonstrados nos referidos cenários correspondem à variação entre a taxa do cenário provável e as dos outros cenários, aplicadas sobre os valores de cobertura. Abaixo estão demonstrados os valores de cobertura e as taxas utilizadas em cada cenário:

Empresa	Data de vencimento	Valor de cobertura em R\$ mil	Moeda	Taxas Cenário A	Taxas Cenário B
Ponte	Julho/2010	29.540	USD	2,22625	2,67150
ViaLagos	Agosto/2010	78.826	JPY	0,02441	0,02929
ViaQuatro	Abril/2010	16.470	EUR	3,01125	3,61350
ViaQuatro	Abril/2010	24.962	USD		
		7.300		2,22625	2,67150
CCR	Agosto/2010	9.061	USD		
	Fevereiro/2011	13.460		2,22625	2,67150

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos no quadro abaixo, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de março de 2011. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas informações trimestrais ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data destas informações trimestrais, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Operação	Risco	Vencimentos até Empresas	Exposição em R\$ (9)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
BID	Aumento da Libor (5) (8)	Fevereiro de 2023 ViaQuatro	235.702	(5.633)	(7.041)	(8.449)
Hedge de taxa de juros	Aumento da Libor	Fevereiro de 2023 ViaQuatro		-	-	-
Efeito líquido				(5.633)	(7.041)	(8.449)
BID	Aumento da Libor (6)	Novembro de 2024 RodoAnel	886.048	(36.236)	(37.169)	(38.102)
Hedge de taxa de juros	Aumento da Libor	Mai de 2014 RodoAnel		36.236	37.169	38.102
Efeito líquido				-	-	-
Debêntures	Aumento do IGP-M	Outubro de 2013 AutoBAn	177.112	(22.664)	(23.615)	(24.565)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Julho de 2015 ViaOeste	328.470	(30.902)	(32.566)	(34.231)
Debêntures	Aumento do IGP-M	Julho de 2010 NovaDutra	23.790	(663)	(692)	(721)
Debêntures	Aumento do CDI	Abril de 2012 AutoBAn	179.765	(16.011)	(20.020)	(24.032)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2016 ViaOeste	466.088	(44.916)	(56.212)	(67.533)
Debêntures	Aumento do CDI	Agosto de 2012 CCR	492.575	(47.501)	(59.445)	(71.416)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2012 Renovias	56.000	(4.822)	(6.027)	(7.232)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2012 RodoAnel	784.597	(79.960)	(100.128)	(120.364)
Debêntures	Aumento do IPCA	Agosto de 2014 CCR	154.888	(24.099)	(27.219)	(30.340)
Swap - Capital de Giro	Aumento do CDI	Fevereiro de 2011 CCR	22.928	(1.318)	(1.644)	(1.968)
Swap - Capital de Giro	Aumento do CDI	Agosto de 2010 ViaLagos	77.577	(2.642)	(3.283)	(3.916)
Swap - Capital de Giro	Aumento do CDI	Julho de 2010 Ponte	34.412	(975)	(1.210)	(1.443)
Swap - Capital de Giro	Aumento do CDI	Abril de 2010 ViaQuatro	7.276	(12)	(15)	(17)
Capital de Giro	Aumento do CDI	Dezembro de 2010 NovaDutra	371.428	(39.241)	(47.380)	(55.519)
Capital de Giro	Aumento do CDI	Dezembro de 2014 Controlar	31.725	(3.836)	(4.541)	(5.245)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(325.195)	(391.038)	(456.991)

As taxas de juros consideradas foram (1):

CDI (2)	8,61%	10,76%	12,92%
TJLP (3)	6,00%	7,50%	9,00%
IGP-M (4)	1,94%	2,43%	2,91%
LIBOR + Spread (5)	2,29% e 2,59%	2,86% e 3,24%	3,44% e 3,89%
LIBOR (6)	0,35438% e 0,43537%	0,442975% e 0,5442125%	0,53157% e 0,653055%
IPCA (7)	7,50%	9,38%	11,25%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (7) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se a taxa de 31/03/2010, divulgada pela CETIP.
- (3) Refere-se a TJLP da taxa do primeiro trimestre de 2010, divulgada pelo BNDES.
- (4) Refere-se a variação anual da taxa em 31/03/2010, divulgada pela Anbima.
- (5) Refere-se as taxas libor para seis meses utilizadas no cálculo dos juros dos financiamentos do BID (tranche A e B) em 31/03/2010.
- (6) Refere-se as taxas libor para seis meses utilizadas no cálculo dos juros dos financiamentos do BID (tranche A e B) em 31/03/2010.
- (7) Refere-se a variação da anual do IPCA do BNDES em 16/01/2010.
- (8) Os juros do contrato de financiamento da controlada em conjunto ViaQuatro estão protegidos por opções de compra da libor com teto (cap) de 4,5% ao ano. As opções de compra somente geram efeitos se a Libor estiver acima do teto (cap) fixado.
- (9) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/03/2010 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro acima, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Os valores demonstrados no quadro acima refletem o efeito no resultado em cada um dos cenários, caso as parcelas de principal e juros vincendas não sejam protegidas por novos contratos de *hedge* além dos já existentes.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (BNDES e Finames), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A partir deste trimestre foram feitas certas modificações na forma de apresentação das análises de sensibilidade, com o intuito de refletir de maneira mais clara os riscos e eventuais efeitos no resultado do exercício, em consonância com a IN CVM nº 475, sendo a principal delas, a mudança da apresentação dos efeitos no resultados, os quais eram apresentados para todo o prazo dos contratos.

25 Cobertura de seguros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de março de 2010, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil – de R\$ 15.000 a R\$ 75.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção – de R\$ 11.313 a R\$ 87.899;
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – de R\$ 566 a R\$ 77.828;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – de R\$ 15.000 a R\$ 500.000;
- Perda de Receita – de R\$ 15.000 a R\$ 110.000.

26 Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

A controlada RodoAnel e a controlada em conjunto Renovias mantinham aplicação financeira em conta reserva, no montante de 18.461 em 31 de março de 2010 (R\$ 1.358 em 31 de dezembro de 2009), para garantia dos financiamentos contratados junto ao BNDES e será liberado quando do pagamento das parcelas ou substituição da garantia (vide nota explicativa nº.15).

A controlada ViaOeste mantinha conta poupança, no montante de R\$ 90 em 31 de março de 2010 (R\$ 181 em 31 de dezembro de 2009), para garantia da realização de compensação ambiental.

Os montantes classificados no circulante totalizam R\$ 16.983 em 31 de março de 2010 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2009) e no não circulante R\$ 1.568 em 31 de março de 2010 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2009).

27 Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	31/03/10	31/12/09	31/03/10	31/12/09
AutoBAn	1.772.682	1.709.206	1.461.707	1.401.656
RodoAnel	166.597	424.977	165.583	390.203
ViaOeste	355.935	357.623	294.613	294.388
Renovias (*)	<u>170.304</u>	<u>173.040</u>	<u>161.790</u>	<u>164.389</u>
	<u>2.465.518</u>	<u>2.664.846</u>	<u>2.083.693</u>	<u>2.250.636</u>

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os compromissos das concessionárias AutoBAN, ViaOeste e Renovias serão pagos em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O compromisso da concessionária RodoAnel será pago em parcelas mensais e iguais até maio de 2010, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA, em julho de cada ano.

Esses compromissos, atualizados até 31 de março de 2010, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2010	384.557	378.522
2011	278.004	261.200
2012	278.004	249.375
2013	278.004	238.115
Após 2013 até 2018	<u>1.246.949</u>	<u>956.481</u>
Total	<u>2.465.518</u>	<u>2.083.693</u>

No decorrer do trimestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 283.438 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 305.051 no primeiro trimestre de 2009).

Decorrente do direito de outorga variável – AutoBAN, ViaOeste, RodoAnel e Renovias

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 31 de março de 2010, era de R\$ 9.764 (R\$ 9.303 em 31 de dezembro de 2009).

No decorrer do trimestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 6.042 referente ao direito de outorga variável (R\$ 13.838 em 31 de março de 2009).

A controlada AutoBAN reteve a outorga fixa e variável, conforme autorização da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), como parte do reequilíbrio econômico financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas pela Concessionária.

b. Compromissos relativos às concessões – (não revisado)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas e controladas em conjunto assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 31 de março de 2010, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 5.977.076 (R\$ 5.694.904 em 31 de dezembro de 2009), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/10	31/12/09
RodoNorte	1.249.783	1.331.936
ViaQuatro (*)	1.469.108	1.432.708
AutoBAn	1.184.001	1.289.941
ViaOeste	562.988	600.977
NovaDutra	526.517	520.382
RodoAnel	369.978	312.555
Renovias (*)	344.762	356.088
Ponte	52.156	51.681
ViaLagos	<u>11.467</u>	<u>11.347</u>
	<u>5.770.760</u>	<u>5.907.615</u>

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

c. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão (não revisado)

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão; entretanto é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). A segregação foi realizada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada. A posição consolidada está demonstrada conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação/ amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	
				31/03/10	31/12/09
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	3,49	22.069	(12.061)	10.008	10.200
Terraplanagem	5,56	130.233	(86.275)	43.958	45.766
Pavimentação	14,29	197.770	(197.770)	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	(39.634)	290	1.122
Obras de arte especiais	8,33	255.934	(254.074)	1.860	7.192
Sinalização e segurança	25	15.328	(15.328)	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	(5.384)	1.844	1.957
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	(8.673)	-	-
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	(9.500)	-	-
Delegação dos serviços públicos (*)	3,59	<u>3.637.415</u>	<u>(949.531)</u>	<u>2.687.884</u>	<u>2.717.250</u>
		<u>4.324.074</u>	<u>(1.578.230)</u>	<u>2.745.844</u>	<u>2.783.487</u>

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Refere-se à delegação dos serviços públicos das concessionárias RodoAnel, AutoBAN, ViaOeste, ViaLagos e Renovias (40%). Parte do custo da delegação dos serviços públicos está registrada como pagamentos antecipados relacionados à concessão, conforme nota explicativa nº.9.

d. Obras a executar - ViaOeste

	31/03/10	31/12/09
Não circulante	<u>9.392</u>	<u>9.546</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a controlada ViaOeste.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 11, de 08 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R\$ 98.303, a controlada deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a controlada passou a depositar o ônus fixo.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28 Demonstração do Valor Adicionado

Trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/10	31/03/09	31/03/10	31/03/09
Receitas				
Serviços prestados	16.924	17.012	922.896	774.414
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(4.546)	(4.826)	(119.742)	(110.311)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.499)	(5.871)	(41.803)	(32.911)
Valor adicionado bruto	7.879	6.315	761.351	631.192
Depreciação e amortização	(1.779)	(1.799)	(116.803)	(99.219)
Valor adicionado (reduzido) líquido gerado pela Companhia	6.100	4.516	644.548	531.973
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	136.332	166.318	-	-
Receitas financeiras	44.404	29.797	159.102	67.977
Valor adicionado total a distribuir	186.836	200.631	803.650	599.950
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	9.836	8.683	52.004	43.866
Benefícios	1.628	1.547	12.047	10.280
FGTS	414	432	2.943	2.693
Outras	42	67	910	713
Tributos				
Federais	3.050	2.070	170.189	151.292
Estaduais	9	-	365	389
Municipais	180	150	47.180	26.662
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	35.651	31.188	302.953	141.842
Aluguéis	526	553	5.042	3.708
Outorga	-	-	73.566	60.927
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	-	-	-
Lucros retidos do período	135.500	155.941	135.500	155.941
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	951	1.637
Valor adicionado distribuído total	186.836	200.631	803.650	599.950

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29 Eventos subsequentes

Debêntures

Em 25 de março de 2010, a controlada AutoBAn emitiu cento e trinta debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 130.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 01 de abril de 2010, no valor total de R\$ 130.000.

As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 108% do CDI a.a.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: uma única parcela na data de vencimento do contrato em 25 de setembro de 2012;
- Juros: semestralmente, entre 25 de março de 2011 e 25 de setembro de 2012.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora. Caso o resgate antecipado ocorra até o final do 12º mês da data de emissão, ao valor do resgate será acrescido um prêmio de 0,5%.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) é uma holding criada para administrar investimentos em infraestrutura no país e no exterior. No momento, a Companhia mantém investimentos em concessões rodoviárias e concessão metroviária no país, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações. Ver o comentário de desempenho consolidado.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultados do 1º Trimestre de 2010

São Paulo, 13 de Maio de 2010 – A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), a maior empresa de concessões de rodovias do Brasil em termos de receita, divulga seus resultados do 1º trimestre do ano de 2010.

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em reais, de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 1T09.

Os resultados da concessionária Controlar passaram a ser incluídos na CCR a partir 13 de agosto de 2009. A partir de janeiro de 2009, os custos da concessionária ViaQuatro anteriormente registrados como ativo diferido, passaram a transitar na DRE em decorrência da adoção da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As informações financeiras desconsiderando esses efeitos são referidas nesse documento pelo termo “Excluindo-se ViaQuatro e Controlar ” e os resultados apresentados são Pro Forma.

Apresentação dos Resultados

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Companhia de Concessões Rodoviárias - CCR aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09.

Principais Destaques

- A Receita Líquida alcançou R\$ 837,3 milhões (+16,9%) no 1T10. Excluindo-se ViaQuatro e Controlar, a Receita Líquida alcançou R\$ 826,0 milhões (+15,4%) no 1T10.
- O EBIT atingiu R\$ 404,8 milhões (+17,1%) no 1T10. A margem EBIT alcançou 48,3% no 1T10. Excluindo-se ViaQuatro e Controlar, o EBIT atingiu R\$ 408,4 milhões no 1T10; e a margem EBIT alcançou 49,5% no mesmo período.
- O EBITDA atingiu R\$ 540,1 milhões (+18,8%) no 1T10; a margem EBITDA alcançou 64,5% (+1,0 p.p.). Excluindo-se ViaQuatro e Controlar, o EBITDA atingiu R\$ 542,8 milhões, com a margem EBITDA em 65,7%.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- ❷ O Lucro Líquido atingiu R\$ 135,5 milhões (-13,1%) no 1T10. Excluindo-se ViaQuatro, Controlar e o efeito não recorrente, o Lucro Líquido seria de R\$ 164,7 milhões (+4,2%) no 1T10.
- ❷ O tráfego cresceu 19,2% no 1T10. Comparando-se a mesma base de tráfego, i.e., sem a ViaOeste devido a reconfiguração da praça de pedágio, o tráfego apresentou crescimento de 10,3% no 1T10.
- ❷ O número de usuários da STP (arrecadação eletrônica) expandiu-se em 41,0%, em relação ao 1T09, atingindo 2.013 mil tag's ativos.
- ❷ No dia 28 de abril de 2010, foi aprovada a distribuição complementar de dividendos relativos ao ano de 2009, proposta pela diretoria da companhia, no valor de R\$ 0,23 por ação, distribuídos a partir do dia 05 de maio. Considerando-se a antecipação de dividendos pagos em 30 de setembro de 2009 de R\$ 1,16, por ação, teremos como resultado um "payout" de 89,7%, referente ao exercício fiscal de 2009.

Indicadores Financeiros (R\$ MM)	1T09	1T10	Var %
Receita Líquida	716,0	837,3	16,9%
EBIT	345,7	404,8	17,1%
<i>Mg. EBIT</i>	<i>48,3%</i>	<i>48,3%</i>	-
EBITDA	454,8	540,1	18,8%
<i>Mg. EBITDA</i>	<i>63,5%</i>	<i>64,5%</i>	<i>1,0 p.p.</i>
Lucro Líquido	155,9	135,5	-13,1%
Div. Liq./ EBITDA últ. 12m.	1,57x	1,50x	-
EBITDA / CAPEX	2,86x	2,02x	-
EBITDA / Juros e Variações Monetárias	4,10x	4,21x	-

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Comentário do Presidente

Renato Alves Vale: “É com satisfação que mais uma vez divulgamos aos nossos acionistas, ao mercado, colaboradores, usuários e ao público interessado, os excelentes resultados conquistados pela CCR no primeiro trimestre de 2010.

O claro cenário de recuperação da economia mundial, em especial da economia brasileira, continua beneficiando os resultados apresentados pela CCR; destacamos a evolução da Margem EBITDA, à despeito de ainda contarmos com um projeto em fase pré-operacional (ViaQuatro) e outros dois ainda em *ramp up* (Rodoanel e Controlar). Ainda, vale ressaltar o forte crescimento apresentado por nosso tráfego consolidado que, descontado os efeitos das alterações efetuadas na concessionária ViaOeste (Janeiro – 2010), apresentou uma evolução de 10,3% no primeiro trimestre do ano.

Além disso, o modelo de negócio da CCR demonstrou estar baseado em ativos com grande resistência a reveses econômicos e elevado potencial de recuperação, o que permite à companhia seguir com o compromisso de distribuição de dividendos para os acionistas. Com a aprovação da distribuição complementar de R\$0,23 por ação, totalizando R\$ 101, 5 milhões, e considerando a antecipação de R\$ 1,16 por ação pagos em 30 de setembro de 2009, a companhia atingiu um “payout” de 89,7%, referente ao exercício fiscal de 2009, resultado este bastante em linha com o histórico de pagamento de dividendos por parte da CCR.

Finalmente, seguimos cada vez mais confiante nas perspectivas futuras, face ao cenário econômico cada vez mais favorável e à expectativa de novas oportunidades de crescimento especialmente em função da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016), sempre priorizando a disciplina de capital e conseqüentemente a criação de valor para a Companhia e seus acionistas.”

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita Bruta

Receita Bruta de Pedágio (R\$ 000)	1T09	1T10	Var %
AutoBAn	258.470	303.005	17,2%
NovaDutra	182.603	207.673	13,7%
RodoNorte	83.509	99.153	18,7%
Ponte	25.984	28.345	9,1%
ViaLagos	19.302	21.130	9,5%
ViaOeste	121.572	148.898	22,5%
Renovias	20.519	23.606	15,0%
RodoAnel	26.186	31.153	19,0%
Total	738.146	862.963	16,9%
Total sem ViaOeste	616.574	714.065	15,8%
% Receitas Totais	95,4%	93,5%	
Receitas Acessórias	1T09	1T10	Var %
Total	15.801	18.176	15,0%
% Receitas Totais	2,0%	2,0%	
Outras Receitas	1T09	1T10	Var %
Controlar	-	13.160	-
STP	20.468	28.598	39,7%
Total	20.468	41.758	104,0%
% Receitas Totais	2,6%	4,5%	
Total da Receita Bruta	774.414	922.896	19,2%

A contabilização da concessionária Renovias e Controlar se dá proporcionalmente, ou seja, consolidação de 40% e 45%, respectivamente, refletindo a participação da CCR nas concessionárias. Vale destacar que o início da contabilização da Controlar ocorreu a partir do dia 13 de agosto de 2009. Na STP e ViaQuatro (fase pré-operacional), onde a CCR possui participação de 38,25% e 58,0%, respectivamente, também é realizada contabilização proporcional. Em todas as outras concessionárias em operação a CCR reporta 100% da receita.

Receita Líquida

A Receita Líquida consolidada cresceu 16,9% no 1T10, quando comparada com o mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 837,3 milhões.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As Deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram 46,5% no 1T10, quando comparado com o 1T09, representando 9,3% da Receita Bruta do trimestre. Além da evolução relacionada aos novos negócios, o aumento das Deduções também deveu-se ao término do desconto de ISS do direito de outorga fixo da concessionária AutoBAn, conforme acordado em 2006 através do Termo Aditivo Modificativo 16/06.

Tráfego

Desempenho das Concessionárias	1T09	1T10	Var %
Tráfego - Veículos Equivalentes¹			
AutoBAn	47.598.837	53.814.507	13,1%
NovaDutra	30.459.327	32.399.293	6,4%
RodoNorte	14.169.014	16.677.848	17,7%
Ponte	6.837.977	7.086.195	3,6%
ViaLagos	1.834.515	1.899.584	3,5%
ViaOeste	14.872.279	23.656.144	59,1%
Renovias ²	3.937.494	4.357.408	10,7%
RodoAnel	21.821.430	23.963.690	9,8%
Consolidado CCR³	163.241.126	194.597.005	19,2%
Consolidado CCR sem ViaOeste	133.496.569	147.284.718	10,3%
Tarifa Média (em R\$ / veic. equiv.)⁴			
AutoBAn	5,43	5,63	3,7%
NovaDutra	5,99	6,41	6,9%
RodoNorte	5,89	5,95	0,9%
Ponte	3,80	4,00	5,3%
ViaLagos	10,52	11,12	5,7%
ViaOeste	8,17	6,29	-23,0%
Renovias	5,21	5,42	4,0%
RodoAnel	1,20	1,30	8,3%
Consolidado CCR⁵	4,52	4,43	-1,9%
Consolidado CCR sem ViaOeste	4,62	4,85	4,9%

1- Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

2- A quantidade de veículos equivalentes da concessionária Renovias refere-se à participação de 40% da CCR na concessionária.

3- No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento se fundamenta no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

4- Tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número de veículos equivalentes de cada concessionária e consolidado.

5- O % do aumento de tráfego foi maior do que o registrado na receita de pedágio devido a reconfiguração da praça de pedágio na ViaOeste.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Tráfego Consolidado Excluindo ViaOeste (+10,3%)

O crescimento do tráfego foi influenciado principalmente pela recuperação da atividade econômica, +10,1%, e pelo efeito calendário de +0,2%. Os veículos de passeio cresceram +4,1% em relação ao 1T09, resultado da contribuição do crescimento econômico de +4,0% e do efeito calendário de +0,1%. Já os veículos comerciais cresceram +16,2% em relação ao 1T09, resultado de +15,7% do crescimento econômico e +0,5% do efeito calendário.

Efeito Calendário

Para melhor compreensão dos crescimentos nos tráfegos das concessionárias do Grupo CCR, é realizada uma análise onde se considera o efeito atribuído ao calendário. Avalia-se o crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior expurgando-se o impacto provocado pelo diferente número de dias úteis, finais de semana ou feriados, em cada categoria de tráfego analisada. A metodologia consiste em normatizar os dias afetados pelos feriados e também transformar o período em questão no mesmo número de dias úteis e finais de semana que existe na base de comparação.

Em 2010 tivemos o mesmo número de dias úteis, sábados e domingos do 1T09. Com relação aos feriados, em 2009, o feriado de 1º de Janeiro ocorreu numa 5ª feira e em 2010 numa 6ª feira. O Carnaval, em ambos os anos, ocorreu no mês de Fevereiro.

Tráfego das Concessionárias - Composição do Mix

Veículos Equivalentes	1T10	
	Leves	Comerciais
AutoBAn	45,2%	54,8%
NovaDutra	27,8%	72,2%
Rodonorte	25,1%	74,9%
Ponte	82,0%	18,0%
ViaLagos	83,0%	17,0%
ViaOeste	52,2%	47,8%
Renovias	51,6%	48,4%
RodoAnel	57,2%	42,8%
Consolidado CCR	47,1%	52,9%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Tráfego das Concessionárias - Análise de Drivers do 1T10 versus 1T09

Concessionária	Veículos Leves			Veículos Comerciais		
	Efeito Calendário	Atividade Econômica	Total	Efeito Calendário	Atividade Econômica	Total
AutoBAn	0,3%	6,3%	6,6%	0,6%	18,4%	19,0%
NovaDutra	0,1%	-0,7%	-0,7%	0,4%	8,9%	9,3%
ViaOeste	-0,1%	57,3%	57,2%	0,9%	60,2%	61,1%
RodoNorte	-1,4%	9,6%	8,2%	1,1%	20,2%	21,3%
ViaLagos	-1,0%	4,8%	3,8%	1,0%	1,3%	2,3%
Ponte	0,2%	2,7%	2,9%	-0,3%	7,3%	7,0%
Renovias	0,4%	5,6%	6,0%	-0,1%	16,2%	16,1%
RodoAnel	0,2%	1,9%	2,2%	-0,1%	22,1%	22,1%

ViaOeste – Em 17 de Janeiro de 2010, iniciou-se a cobrança nas praças de pedágio que foram reconfiguradas em Osasco e Barueri. O crescimento total do tráfego no 1T10 foi de 59,1% em relação ao 1T09 (passeio +57,2% e comercial +61,1%). Esse crescimento no número de veículos equivalentes não se reflete no crescimento da receita em função das reduções de tarifa implementadas nas praças de Osasco, Barueri e Itapevi decorrentes do Projeto Cebolão.

Mobilidade Urbana

STP

O sistema “Sem Parar” atingiu 2.013 mil tag’s ativos no 1T10, apresentando uma expansão de 41,0% em relação ao 1T09.

Os meios eletrônicos na arrecadação de pedágio na CCR apresentaram um crescimento de 31,3%, comparado com o mesmo período do ano anterior. A participação na arrecadação de pedágio atingiu 57,5% no 1T10.

Informações Adicionais

Estados em que está presente:	SP, RJ, MG, PR, SC e RS
Cobertura da malha pedagiada:	89%
Número de estacionamentos em que está presente:	51
Número de transações eletrônicas/mês:	33 milhões

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Controlar

Em 2009 adquirimos 45% da empresa Controlar S.A. responsável pela inspeção veicular ambiental na cidade de São Paulo. Em 2009, apenas parte da frota existente em São Paulo tinha por lei a obrigação de realizar a inspeção, mas a partir de 2010 a inspeção veicular ambiental passou a ser mandatária para toda a frota de veículos da Cidade de São Paulo. Além disso, o prazo para a inspeção em 2009 foi prorrogada para Janeiro/2010 e portanto durante o primeiro trimestre de 2010 a Controlar realizou inspeções relativas ao exercício de 2009 e 2010 conforme abaixo:

Veículos Inspeccionados	1T10			
	Exercício	2009	2010	Total
Veículos Leves		91.934	164.763	256.697
Moto		35.856	24.628	60.484
Total Otto		127.790	189.391	317.181
Diesel		5.347	6.912	12.259
Ônibus		598	2.453	3.051
Caminhões		8.993	5.788	14.781
Total Diesel		14.938	15.153	30.091
Total Geral		142.728	204.544	347.272

ViaQuatro

A concessionária será responsável pela operação e manutenção da Linha 4 – Amarela do metrô da cidade de São Paulo, que ligará a Estação da Luz, no centro da cidade, à Vila Sônia, na Zona Oeste. O início de 2010 foi marcado pela chegada dos oito primeiros trens, que atualmente encontram-se em fase de testes operacionais para o início da operação.

Com 12,8 quilômetros de extensão, a Linha 4 terá 11 estações que serão entregues à população por etapas. O início da operação está previsto para o segundo trimestre de 2010, com as estações Paulista e Faria Lima e, até o início de 2011, seis estações estarão operando e transportando 750 mil passageiros. São elas: Paulista, Faria Lima, Butantã, República, Luz e Pinheiros.

Até 2014, outras cinco estações estarão em pleno funcionamento: Higienópolis-Mackenzie, Oscar Freire, Fradique Coutinho, São Paulo-Morumbi e Vila Sônia. A estimativa é que quase um milhão de pessoas trafegará diariamente pela linha quando ela estiver em operação plena.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custos Totais¹

Custos (R\$ MM)	1T09	1T10	Var %
Custos Totais	370,3	432,5	16,8%
Depreciação e Amortização	99,2	116,8	17,7%
Serviços de Terceiros	91,6	105,1	14,6%
Custo da Outorga e Despesas Antecipadas	60,9	73,6	20,7%
Custo com Pessoal	65,0	77,4	19,0%
Outros	53,5	59,7	11,6%

Excluindo-se ViaQuatro e Controlar

Custos (R\$ MM)	1T09	1T10	Var %
Custos Totais	368,3	417,6	13,4%
Depreciação e Amortização	99,2	115,9	16,8%
Serviços de Terceiros	90,9	99,8	9,8%
Custo da Outorga e Despesas Antecipadas	60,9	73,6	20,7%
Custo com Pessoal	64,0	71,2	11,3%
Outros	53,2	57,1	7,3%

Os Custos Totais cresceram 16,8%, em linha com a Receita Líquida (16,9%), apesar da fase pré-operacional da ViaQuatro e do “ramp-up” da Controlar e RodoAnel. Excluindo-se ViaQuatro e Controlar, os Custos Totais cresceram 13,4%, abaixo do crescimento da Receita Líquida (15,4%). Os principais motivos dessas variações no trimestre são discutidos a seguir:

Depreciação e Amortização: A majoração relativa às despesas de Depreciação e Amortização refere-se à maior transferência de ativo em andamento para ativo definitivo (e, conseqüentemente, início da depreciação) e amortização do ágio pago na aquisição de participação de 45% na Controlar no valor de R\$ 3,9 milhões.

Serviços de Terceiros: O aumento deste item deveu-se principalmente ao maior custo com manutenção, operação e conservação.

Custo da Outorga: A variação no Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) ocorreu devido ao aumento na parcela variável, resultado do crescimento da receita, já o da parcela fixa resulta do reajuste ocorrido em julho/09 nas concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias, e ao aumento da amortização relativa a outorga fixa do RodoAnel. O custo da outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) por concessionária no 1T10 foi: R\$ 40,8 milhões na AutoBAn, R\$ 13,1 milhões na ViaOeste, R\$ 294 mil na ViaLagos, R\$ 2,2 milhões na Renovias e R\$ 17,1 milhões no RodoAnel Oeste.

¹ Custos Totais = Custos dos Serviços Prestados + Despesas Administrativas + Outras Despesas e Receitas Operacionais.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custo com Pessoal: O crescimento no Custo com Pessoal deveu-se principalmente ao aumento do quadro de funcionários (+536 funcionários), verificado principalmente nas concessionárias ViaQuatro e ViaOeste, e ao dissídio de 4% ocorrido em março/10.

Outros: Os Outros Custos (materiais, seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos e outros) apresentaram um crescimento devido aos seguintes fatores: gastos com uniformes, segurança e materiais em geral na concessionária ViaOeste devido a reconfiguração das praças de Osasco e Barueri, e a maior participação de usuários frequentes que possuem desconto de 50% no valor da mensalidade do AVI.

EBITDA

Reconciliação EBITDA (R\$ MM)	1T09	1T10	Var %
Lucro Líquido	155,9	135,5	-13,1%
(+) Participação dos Minoritários	1,6	1,0	-41,9%
(+) IR e CS	105,2	121,5	15,6%
(+) Resultado Financeiro Líquido	82,9	146,8	77,1%
(+) Depreciação e Amortização ¹	109,2	135,3	23,9%
EBITDA	454,8	540,1	18,8%
Margem EBITDA	63,5%	64,5%	1.0 p.p.

1 - Inclui as despesas antecipadas

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	1T09	1T10	Var %
Resultado Financeiro Líquido	(82,9)	(146,8)	77,1%
Despesas Financeiras:	(150,9)	(305,9)	102,8%
- Variação Cambial	(5,5)	(87,0)	n.m.
- Perda com Operação de Hedge	(18,6)	(32,2)	73,2%
- Variação Monetária	(1,7)	(18,1)	n.m.
- Juros Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(110,8)	(110,2)	-0,6%
- Outras Despesas Financeiras	(14,3)	(16,4)	14,6%
- Juros e multas sobre obrigações fiscais - Lei nº 11.941/09		(42,0)	n.m.
Receitas Financeiras:	68,0	159,1	134,1%
- Ganho com Operação de Hedge	4,8	20,3	326,7%
- Variação Cambial	18,0	63,0	250,4%
- Variação Monetária	8,3	0,1	-98,4%
- Outras (Juros e Rendimentos de Aplicações)	36,9	47,4	28,4%
- Descontos obtidos - Lei nº 11.941/09		28,2	n.m.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As concessionárias Ponte e ViaLagos possuem empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade 2770, devidamente protegidos por contratos de Hedge. Já a concessionária ViaQuatro possui compromissos de aquisição de equipamentos vinculados ao Dólar (EUA) e ao Euro (EU), e para a proteção de seus fluxos de caixa futuros contratou operações de hedge. Os contratos de Hedge em vigor protegem a empresa dos riscos de variação cambial (curva ativa do contrato de Hedge) em troca do pagamento da variação de um determinado percentual do CDI em igual período (curva passiva do contrato de Hedge). Além do exposto acima, a ViaQuatro contratou operação de hedge através da aquisição de opções de compra, com o objetivo de se proteger das variações da Libor, acima de 4,5% a.a., até o final do contrato de financiamento, 2.023. A concessionária RodoAnel possui empréstimos em moeda estrangeira, protegidos por contratos de Hedge, de forma que o fluxo de caixa, a vencer nos próximos 24 meses, encontram-se protegidos da variação cambial, enquanto que a taxa de juros (Libor) foi pré-fixada para os próximos 5 anos. Esses instrumentos financeiros de proteção são demonstrados detalhadamente na Nota Explicativa nº 24 do ITR do 1T10.

A variação cambial da dívida é contabilizada mensalmente como receita ou despesa financeira, dependendo da oscilação do Real frente às outras moedas nesse período. Neste trimestre, a desvalorização do Real frente ao Dólar foi de 2,3%, no mesmo período do ano passado, foi registrado uma apreciação de 0,9%.

A soma entre as curvas ativa e passiva, ou seja, o valor líquido do Hedge, no trimestre resultou perda de R\$ 11,8 milhões.

O resultado negativo de R\$ 18,0 milhões do item "Variação Monetária" deveu-se à variação do IGP-M no período (2,77% no 1T10 contra -0,92% no 1T09).

Neste trimestre, não verificamos nenhuma alteração relevante dentro do item "Juros, Empréstimos, Financiamentos e Debêntures"; todavia vale esclarecer que apesar do maior estoque de dívida a companhia foi beneficiada com um menor custo médio ponderado, incidente sobre a dívida consolidada em decorrência da concessionária RodoAnel.

O aumento do item "Outras Despesas Financeiras" (taxas, tarifas, comissões e outros) deveu-se principalmente às despesas com financiamento da concessionária RodoAnel.

A variação do item "Outras Receitas Financeiras" deveu-se principalmente ao aumento de 89,7% em aplicações financeiras.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

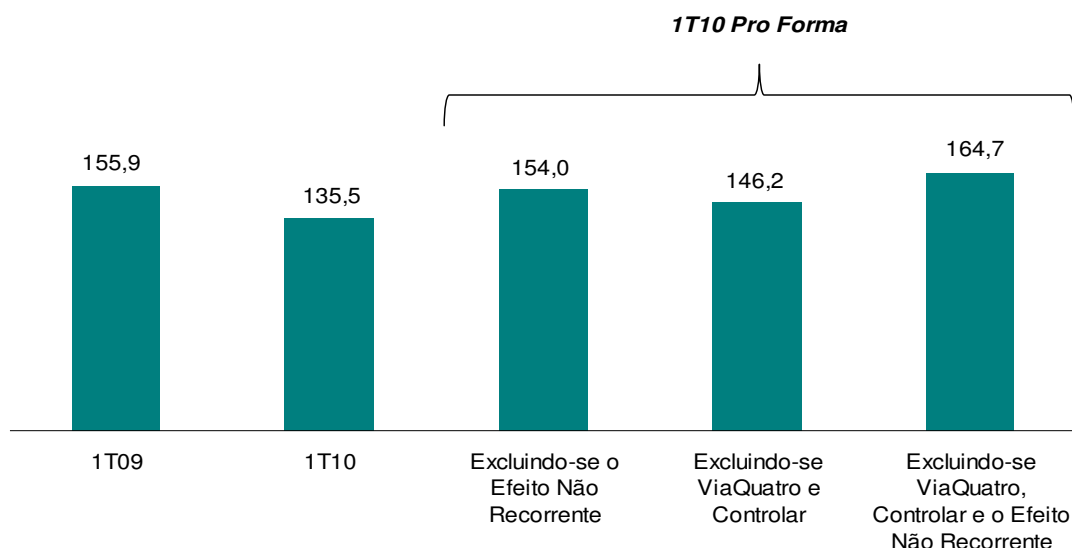
02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Os itens “Juros e multas sobre obrigações fiscais – Lei nº 11.941/09” e “Descontos obtidos – Lei nº 11.941/09”, são consequência do complemento de provisão do efeito não recorrente, não caixa, no valor de R\$ 42,0 milhões e R\$ 28,2 milhões, respectivamente, gerando o efeito líquido em Resultado Financeiro de R\$ 13,8 milhões (vide Notas Explicativas nº 18 e 23 do ITR do 1T10).

Lucro Líquido

A CCR consolidada apresentou um Lucro Líquido de R\$ 135,5 milhões (-13,1%) no 1T10. Excluindo-se o efeito não recorrente mencionado anteriormente de R\$ 18,5 milhões e os resultados da ViaQuatro e Controlar (em fase de “ramp-up”), o Lucro Líquido seria R\$ 164,7 milhões, 4,2% acima do 1T09.



Endividamento

A Dívida Líquida da companhia encontra-se em patamares bastante confortáveis (Dívida Líquida/EBITDA = 1,50x), sendo que 77% da Dívida Bruta é nominada em moeda nacional e 83% no longo prazo. O pequeno aumento da dívida bruta no trimestre deveu-se principalmente à captação abaixo:

Empresa	Emissão	Valor (R\$ MM)	Dívida	Custo Médio	Vencimento
Renovias	Fev/2010	56	Debenture	CDI + 1,9% a.a.	Fevereiro/2015
Total		56			

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

(R\$ MM)	mar/09	dez/09	mar/10
Dívida Bruta ⁽¹⁾	3.935,2	5.034,5	5.069,2
% Moeda Nacional	91%	79%	77%
% Moeda Estrangeira	9%	21%	23%
Curto Prazo	2.015,6	984,5	872,9
% Moeda Nacional	93%	89%	87%
% Moeda Estrangeira	7%	11%	13%
Longo Prazo	1.919,6	4.050,0	4.196,4
% Moeda Nacional	87%	76%	74%
% Moeda Estrangeira	13%	24%	26%
Caixa, Aplicações Financeiras e Conta Reserva	1.086,0	2.121,1	1.994,5
% Moeda Nacional	100%	100%	100%
Ajuste de Swap a Receber (Pagar)	39,3	8,9	7,4
Dívida Líquida	2.809,9	2.904,5	3.067,3

(1) A dívida bruta está reduzida dos custos de transação, incorridos na estruturação dos respectivos instrumentos financeiros, de acordo com as adequações à nova legislação societária.

Composição da Dívida (R\$ MM)	Indexador	Custo Médio	Mar/2010	%
BNDDES	TJLP	TJLP + (1,0% - 5,0%)	308,6	6%
Debêntures	IGP-M	IGP-M + (7,6% - 10,65%)	538,4	10%
Debêntures	CDI	CDI + 1,9%; 103,3% a 117,5% do CDI	1.979,1	38%
Debêntures	IPCA	IPCA + 7,5%	162,4	3%
Debêntures	Pré-fixada	14,75%	517,5	10%
Moeda Estrangeira	US\$	US\$ + 3,19%	29,5	1%
Moeda Estrangeira	IENE	IENE + 5,8225%	78,8	2%
BID	LIBOR	LIBOR + (1,9% - 3,75%)	1.136,8	22%
Outros	CDI	CDI + (1,7% - 1,8%)	403,2	8%
Total			5.154,1	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Calendário de Amortização da Dívida		
Período	R\$ MM	% Total
2010	770,8	15%
2011	761,2	15%
2012	1.238,8	24%
2013	379,3	7%
2014	297,5	6%
2015	181,8	4%
2016	324,1	6%
2017	268,7	5%
2018	271,2	5%
2019	131,4	3%
2020	132,3	3%
2021 em diante	397,0	8%
Total	5.154,1	100%

Investimentos

CAPEX (R\$ MM)	1T09	1T10	2010 (E)*
AutoBAn	67,9	59,6	483,0
NovaDutra	32,9	52,5	308,2
ViaOeste	15,8	31,0	177,7
RodoNorte (100%)	15,3	31,1	115,9
Ponte	0,8	2,1	28,8
ViaLagos	0,9	1,3	14,6
ViaQuatro (58%)	1,9	72,0	199,7
Renovias (40%)	3,9	3,6	32,9
RodoAnel (100%)	16,5	8,0	72,8
Controlar (45%)	-	-	13,8
Outras ¹	3,1	6,2	35,5
Consolidado	159,0	267,4	1.483,0

1 - Inclui CCR, CCR México, CCR USA, Actua, Engellog, Parques e STP.

* Refere-se a valores estimados para 2010.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

No 1T10, os investimentos somaram R\$ 267,4 milhões. O principal aumento dos investimentos deveu-se ao recebimento dos trens para o início da operação da ViaQuatro conforme previsto no contrato. A seguir relacionamos os principais investimentos por concessionária: AutoBAn - obras do Complexo Anhangüera e melhorias viárias realizadas na Marginal Tietê; NovaDutra - implantação da cobrança bidirecional nas praças de Parateí Norte e Parateí Sul; ViaOeste - Complexo Cebolão, remodelação do trevo de Jandira, reconfiguração das praças de pedágio do Km 18 e 20 e obras nas Marginais kms 95 ao 105; ViaQuatro - continua em fase pré-operacional e realizando o adiantamento para pagamento dos fornecedores de sistemas e material rodante, e RodoNorte - restauração do pavimento da BR 376 nos kms 232 ao 257 e manutenção na PR 151 nos kms 304 ao 327.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)		
01	CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	00.861.626/0001-92	ABERTA CONTROLADA	100,00	11,41
			128.766.175		128.766.175
02	CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.451.848/0001-62	ABERTA CONTROLADA	100,00	16,96
			174.999.989		174.999.989
03	CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01.612.234/0001-52	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,89
			35.167.998		35.167.988
04	CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	00.358.042/0001-07	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,63
			19.421.329		19.421.329
05	RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.221.531/0001-30	ABERTA CONTROLADA	85,92	8,10
			1.846.936.430		1.846.936.430
06	PARQUES SERVIÇOS LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	03.910.714/0001-25	FECHADA CONTROLADA	85,92	0,02
			8.592		8.592
07	ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.397.412/0001-20	FECHADA CONTROLADA	99,90	-0,01
			9.990		9.990
08	ACTUA ASSESSORIA LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.410.674/0001-88	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,48
			9.990		9.990
09	ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.455.633/0001-08	FECHADA CONTROLADA	99,90	-0,23
			9.990		9.990

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)		
10	SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	05.699.264/0001-07	FECHADA CONTROLADA	38,25	1,10
			8.528.832		8.528.832
11	CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.415.408/0001-50	ABERTA CONTROLADA	100,00	8,69
			13.976.292.236		13.976.292.236
12	CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,02
			4.099.999		4.099.999
13	CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	07.682.638/0001-07	FECHADA CONTROLADA	58,00	1,96
			63.572.142		63.572.142
14	CCR - USA, LLC. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,00
			300		300
15	CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A. EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	09.387.725/0001-59	FECHADA CONTROLADA	95,00	0,00
			190.000.000		190.000.000
16	COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	09.367.702/0001-82	FECHADA CONTROLADA	99,00	13,76
			445.580.190		445.580.190
17	CPCI CIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	10.665.151/0001-12	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,00
			999		999
18	CPCSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	10.665.162/0001-00	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,00
			999		999

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/04/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105% do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/09/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	4
3 - Nº REGISTRO NA CVM	DISPENSADO O REGISTRO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	29/12/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	29/12/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	31/12/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	14,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	500.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	500.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	29/06/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	04
2 - Nº ORDEM	5
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2009/013
4 - DATA DO REGISTRO CVM	03/08/2009
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2009
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2012
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	112% do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	448.156
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	448.156
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	448.156
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/08/2010

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	05
2 - Nº ORDEM	5
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2009/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	03/08/2009
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/08/2009
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/08/2014
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IPCA + 7,5%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	150.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	150.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/08/2010

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES
INFORMAÇÕES NÃO REVISADAS PELOS AUDITORES

Composição dos acionistas da Companhia de Concessões Rodoviárias com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	14,59%	64.393.416	14,59%
VBC Energia S.A.	7.766.880	1,76%	7.766.880	1,76%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	15,00%	66.193.684	15,00%
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,39%	1.700.000	0,39%
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,26%	1.164.965	0,26%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,26%	1.143.847	0,26%
Soares Penido Concessões S.A.	56.278.092	12,75%	56.278.092	12,75%
Soares Penido Obras, Construções, Investimentos Ltda.	963.727	0,22%	963.727	0,22%
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	16,35%	72.160.300	16,35%
Outros	169.631.889	38,42%	169.631.889	38,43%
Total	441.396.800	100%	441.396.800	100%

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	685.162.736	100%	685.162.736	100%
Outros	6	0,00%	6	0,00%
Total	685.162.742	100%	685.162.742	100%

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Participações Morro Vermelho S.A.	48.940	100%	93.099	100%	142.039	100%
Carlos Pires Oliveira Dias	1	0,00%	1	0,00%	2	0,00%
Fernando Arruda Botelho	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Luiz Roberto Ortiz Nascimento	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Flávia Buarque de Almeida	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Albrecht Curt Reuter Domenech	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Vitor Sarquis Hallack	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Total	48.946	100%	93.100	100%	142.046	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Participações Morro Vermelho S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 A	33,34%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 A	33,29%	1.498.080	22,19%
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 B	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 B	33,29%	1.498.080	22,19%
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 C	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 C	33,29%	1.498.080	22,19%
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	5.760 D	0,13%	5.760	0,10%
Outros	6 (2 de cada A, B, C)	0,00%	0	0,00%	6	0,00%
Total	2.250.000	100%	4.500.000	100%	6.750.000	100%

Composição dos acionistas da RCABON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

Composição dos acionistas da RCABPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

Composição dos acionistas da RCNON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

Composição dos acionistas da RCNPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da RCPDON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	749.850	100%	150	100%	750.000	100%

Composição dos acionistas da RCPDPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	1.500.000	100%	1.500.000	100%

Composição dos acionistas da RRRPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.980	33,34%	1.980	33,34%
Renata de Camargo Nascimento	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Total	5.940	100%	5.940	100%

Composição dos acionistas da VBC Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Átila Holdings S.A.	1.815.927	50,00%	70.530	50,00%	1.886.457	50,00%
Camargo Corrêa Energia S.A.	1.100.652	30,31%	47.018	33,33%	1.147.670	30,42%
Camargo Corrêa S.A.	550.324	15,15%	23.512	16,67%	573.836	15,21%
GCT Participações e Investimentos	164.946	4,54%	0	0,00%	164.946	4,37%
Outros	5	0,00%	0	0,00%	5	0,00%
Total	3.631.854	100%	141.060	100%	3.772.914	100%

Composição dos acionistas da Átila Holdings S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	440.877.607	61,09%	440.877.607	61,09%
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	280.767.655	38,91%	280.767.655	38,91%
Total	721.645.262	100%	721.645.262	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Energia S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	518.860	100%	518.854	100%	1.037.714	100%
Outros	-	0,00%	6	0,00%	6	0,00%
Total	518.860	100%	518.860	100%	1.037.720	100%

Composição dos acionistas da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	290.108	100%	87.772	99,99%	377.880	100%
Outros	5	0,00%	8	0,01%	13	0,00%
Total	290.113	100%	87.780	100%	377.893	100%

Composição dos acionistas da GCT Participações e Investimentos Ltda. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos e Infra-Estrutura S.A.	185.090.133	100%	185.090.133	100%
Outros	2	0,00%	2	0,00%
Total	185.090.135	100%	185.090.135	100%

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	40.634.482	73,18%	83.098.823	74,83%
IFC - International Finance Corporation	8.246.717	14,85%	8.246.717	14,85%	16.493.434	14,85%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	4.806.293	8,66%	4.806.294	8,66%	9.612.587	8,66%
Outros	8.028	0,01%	1.837.880	3,31%	1.845.908	1,66%
Total	55.525.379	100%	55.525.373	100%	111.050.752	100%

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez S.A.	133.220.552	100%	266.441.115	100%	399.661.667	100%
Outros	5	0,00%	0	0,00%	5	0,00%
Total	133.220.557	100%	266.441.115	100%	399.661.672	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Administradora Santana Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora São Miguel Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora Santo Estevão S.A.	238.663.827	33,34%	477.336.173	33,34%	716.000.000	33,34%
Outros	9	0,00%	0	0,00%	9	0,00%
Total	715.991.488	100%	1.432.008.519	100%	2.148.000.007	100%

Composição dos cotistas da Administradora Santana Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,02%
Total	300.000	100%

Composição dos cotistas da Administradora São Miguel Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	200	0,00%
Vera Furtado de Andrade	200	0,00%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Nadja Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Morroto Participações Ltda	1.196.000	6,31%
Marília Furtado de Andrade	1.261.200	6,64%
Laura Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Heloisa Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Flávio Furtado de Andrade	1.203.600	6,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.376.400	7,25%
Luciana Furtado Andrade	1.368.000	7,20%
Paulo Furtado de Andrade	1.390.800	7,32%
Total	18.990.000	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100%
Total	1.455.201	100%

Composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100%
Total	1.497.201	100%

Composição dos cotistas da Nadja Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100%
Total	1.404.801	100%

Composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100%
Total	1.431.201	100%

Composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.780	100%
Gabriela Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Mariana da Cunha Pereira	5	0,00%
Rafael Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Camila da Cunha Pereira	5	0,00%
Total	1.392.801	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100%
Total	1.372.401	100%

Composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	1.196.000	100%
Total	1.196.001	100%

Composição dos cotistas da Administradora Santo Estevão S.A. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	Cotas	%
Sergio Lins Andrade	4.986.587	99,72%
Outros	13.776	0,28%
Total	5.000.363	100%

Composição dos acionistas da Soares Penido Concessões S.A. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	198.495.332	55,55%	198.495.332	55,55%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	130.969.631	36,65%	130.969.631	36,65%
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	16.781.912	4,70%	16.781.912	4,70%
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda.	11.071.884	3,10%	11.071.884	3,10%
Total	357.318.759	100%	357.318.759	100%

Composição dos acionistas da Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	104.229.427	100%	104.229.427	100%
Eduarda Dalla Vecchia Bonfá	1	0,00%	1	0,00%
Total	104.229.428	100%	104.229.428	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	24.385.951	100%	24.385.951	100%
Ana Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Eduardo Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Total	24.385.953	100%	24.385.953	100%

Composição dos cotistas da Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Cotistas	Cotas	%	Total	%
Brisa Internacional SGPS S.A. ¹	599.188.237	100%		
Brisa Autoestradas de Portugal S.A.	1	0,00%		
Total	599.188.238	100%		

1 - Empresa de capital estrangeiro.

Composição dos acionistas da Brisa Internacional SGPS S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Brisa Auto-estradas de Portugal S.A	50.000	100%	50.000	100%
Total	50.000	100%	50.000	100%

Composição dos acionistas da Brisa Autoestradas de Portugal S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
José de Mello SGPS, SA	179.520.271	29,92%	179.520.271	29,92%
Ballina Sàrl	114.557.795	19,09%	114.557.795	19,09%
Abertis Infraestruturas AS	87.643.700	14,61%	87.643.700	14,61%
Outros	218.278.234	36,38%	218.278.234	36,38%
Total	600.000.000	100%	600.000.000	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da José de Mello SGPS, S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Maria Teresa Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Maria Amélia Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Vasco Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Maria Cristina Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Pedro Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Maria Luísa Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
Maria do Carmo Guimarães José de Mello	14.960.022	8,33%	14.960.022	8,33%
João Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Maria João Guimarães José de Mello	14.960.023	8,33%	14.960.023	8,33%
Salvador Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Filipe Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Gonçalo Maria Guimarães José de Mello	14.960.023	8,34%	14.960.023	8,34%
Total	179.520.271	100,00%	179.520.271	100,00%

Ações da Companhia em circulação (free-float)

Após o desdobramento das ações (split em fevereiro de 2006) a quantidade de ações em circulação (free-float) corresponde a 168.331.697, representando 38,14% do capital da Companhia.

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 31 de março de 2010:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	271.764.911	61,57%	271.764.011	61,57%
Conselho de Administração	1.245.192	0,28%	1.245.192	0,28%
Conselho Fiscal	0	0%	0	0%
Diretores	55.000	0,01%	55.000	0,01%
Outros (mercado)	168.331.697	38,14%	168.331.697	38,14%
Total	441.396.800	100%	441.396.800	100%

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.229.092	0,31%	1.229.092	0,31%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%
Diretores	55.000	0,01%	55.000	0,01%
Outros (mercado)	115.134.312	28,56%	115.134.312	28,56%
Total	403.101.800	100%	403.101.800	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto Social.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia de Concessões Rodoviárias e nas Informações Trimestrais Consolidadas dessa Companhia e suas controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

02.846.056/0001-97

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

4. Conforme mencionados nas notas explicativas nº 2 e 3, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência a partir de 1 de janeiro de 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência a partir de 1 de janeiro 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato nas notas explicativas nº 2 e 3 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

São Paulo, 11 de Maio de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	13
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	14
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	15
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	17
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	19
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	21
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	24
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	25
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	26
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	119
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	120
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	136
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	138
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	142
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	152
		CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	
		CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	
		CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	
		CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	
		RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	
		PARQUES SERVIÇOS LTDA.	
		ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	
		ACTUA ASSESSORIA LTDA.	
		ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	
		SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.	
		CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	
		CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01882-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	3 - CNPJ 02.846.056/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
		CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	
		CCR - USA, LLC.	
		CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	
		COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES	
		CPCI CIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU	
		CPCSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS	/153